Publicidade Legal

ANSELMO CUNHA, BD, 25/06/2021

ANO 60 - Nº 20.922

28 DE FEVEREIRO DE 2024

ZERO HORA

ANUNCIE AQUI

(51) 3213-9139 | CONTATO.COMERCIAL@GRUPORBS.COM.BR

PÁGINA CERTIFICADA

O jornal Zero Hora confirma a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente em gzh.com.br/publicidadelegal

RBS ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S A:92821701000100

Assinado de forma digital por RBS ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S A:92821701000100
Dados: 2024.02.27 17:44:00 -03'00'

SICREDI FAPI COMPOSTO
FUNDO DE APOSENTADORIA PROGRAMADA INDIVIDUAL

CNPJ nº 03.564.825/0001-27
(Administrado pelo Banco Cooperativo SICREDI S.A)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

ERNST & YOUNG - Auditores Independentes S/S Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Cotistas e Administrador do Sicredi FAPI Composto - Fundo de Aposentadoria Programada Individual
(Administrado pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.) Porto Alegre- RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Sicredi FAPI Composto – Fundo de Aposentadoria Programada Individual ("Fundo") que compreendem a demonstração da composição e diversificação da carteira em 31 de dezembro de 2023 e a respectiva demonstração da evolução do patrimônio líquido para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Sicredi FAPI Composto – Fundo de Aposentadoria Programada Individual em 31 de dezembro de 2023 e o desempenho de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos Fundos de Investimento de Aposentadoria Programada Individual.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Fundo, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou os assuntos, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentada no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras do Fundo.

Investimentos em títulos de dívida emitidos pelo governo

Conforme apresentado na demonstração da composição e diversificação da carteira, em 31 de dezembro de 2023, os investimentos em títulos de dívida emitidos pelo governo brasileiro ("Títulos Públicos") representavam 49,99% do patrimônio líquido do Fundo. Considerando sua relevância no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, os investimentos em Títulos Públicos foram considerados como um principal assunto de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Nossos procedimentos de auditoria sobre os investimentos em Títulos Públicos incluíram, entre outros, a inspeção documental do extrato de custódia emitido pelo custodiante, o recálculo do valor justo dos Títulos Públicos com base em preços cotados em mercado ativo e a revisão da apresentação e divulgações constantes nas demonstrações financeiras do Fundo.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os investimentos em Títulos Públicos, que está consistente com a avaliação do Administrador do Fundo, consideramos que os critérios e premissas adotados pelo Administrador do Fundo para reconhecimento, mensuração e divulgação dos Títulos Públicos são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Investimentos em títulos de dívida emitidos por companhias

Conforme apresentado na demonstração da composição e diversificação da carteira, em 31 de dezembro de 2023, os investimentos em títulos de dívida emitidos por companhias ("Títulos Privados") representavam 27,70% do patrimônio líquido do Fundo. Considerando sua relevância no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, os investimentos em Títulos Privados foram considerados um principal assunto de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Nossos procedimentos de auditoria sobre os investimentos em Títulos Privados incluíram, entre outros, a inspeção documental dos extratos de custódia emitidos pelos respectivos custodiantes, o recálculo do valor justo considerando preços cotados em mercados ativos quando disponíveis ou, alternativamente, considerando técnicas de precificação baseadas em dados observáveis de mercado, incluindo aqueles relativos risco de crédito, envolvendo especialistas internos quando necessário. Adicionalmente, revisamos a apresentação e divulgações constantes nas demonstrações financeiras do Fundo.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os investimentos em Títulos Privados, que está consistente com a avaliação do Administrador do Fundo, consideramos que os critérios e premissas adotados pelo Administrador do Fundo para reconhecimento, mensuração e divulgação dos investimentos em Títulos Privados são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras do Fundo para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório, em 17 de fevereiro de 2023, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

Responsabilidades do Administrador do Fundo pelas demonstrações financeiras

O Administrador do Fundo é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos Fundos de Investimento de Aposentadoria Programada Individual e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, o Administrador do Fundo é responsável pela avaliação da capacidade de o Fundo continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que o Administrador do Fundo pretenda liquidar o Fundo ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
• Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Fundo.
• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pelo Administrador do Fundo.
• Concluímos sobre a adequação do uso, pelo Administrador do Fundo, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Fundo. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Fundo a não mais se manter em continuidade operacional.
• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 15 de fevereiro de 2024. ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/F

Bruno Araujo Santos
Contador CRC 1SP-291893/O

Demonstrativo da composição e diversificação da carteira em 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Aplicações/Especificação	Tipo	Cotação	Quantidade	Custo total	Mercado/realização	% sobre o patrimônio líquido
Fundo de Índice de Ações			**115.088**	**12.269**	**15.721**	**20,00**
It Now Ibovespa Fundo de Índice	CI	136,60	115.088	12.269	15.721	**20,00**
Operações compromissadas (a)			**114**	**1.616**	**1.616**	**2,06**
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)			114	1.616	1.616	2,06
			7.495	**39.143**	**39.295**	**49,99**
Títulos Públicos						
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)			2.495	35.288	35.329	44,94
Letras do Tesouro Nacional (LTN)			5.000	3.855	3.966	5,05
Títulos Privados			**1.709**	**21.737**	**21.778**	**27,7**
Letras Financeiras			**242**	**20.244**	**20.292**	**25,81**
Banco Pactual S.A.			110	6.903	6.924	8,81
Banco Santander S.A			97	6.314	6.336	8,06
Banco Bradesco S.A.			15	4.467	4.467	5,68
Banco Itaú S.A.			20	2.560	2.565	3,26
Debêntures			**1.467**	**1.493**	**1.486**	**1,89**
Gerdau S.A.			1.467	1.493	1.486	1,89
Instrumentos financeiros derivativos					**6**	**0,01**
Mercado futuro					6	0,01
Posição comprada					**6**	**0,01**
Disponibilidades (a)					**12**	**0,01**
Valores a Receber					**327**	**0,42**
Total do Ativo					**78.755**	**100,19**
Valores a Pagar					**149**	**0,19**
Patrimônio Líquido					**78.606**	100,00
Total do Passivo e Patrimônio Líquido					**78.755**	**100,19**

(*) Cotação por ação
(a) Saldo e/ou transação efetuada com a interveniência do administrador do Fundo
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das evoluções do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto o valor unitário da cota)

	2023	2022
Patrimônio líquido no início dos exercícios		
Total de 9.612.920,357 cotas a R$ 8,109052 cada uma	77.952	
Total de 11.249.649,534 cotas a R$ 7,315620 cada uma		82.298
Cotas resgatadas		
1.141.149,420 cotas	(3.865)	
1.636.729,177 cotas		(5.561)
Variações no resgate de cotas	**(5.821)**	**(7.027)**
Composição do resultado dos exercícios		
Patrimônio líquido antes dos resultados dos exercícios	**68.266**	**69.710**
Ações / Fundo de índices de ações	**3.362**	**1.125**
Valorização (desvalorização) a preço de mercado	3.282	896
Resultado nas negociações	80	229
Renda fixa e outros títulos e valores mobiliários	**8.027**	**7.663**
Apropriação de rendimentos	7.483	7.545
Valorização (desvalorização) a preço de mercado	529	100
Resultado nas negociações	15	18
Demais receitas	**1.173**	**1.997**
Ganhos com derivativos	**1.173**	**1.997**
Demais despesas	**(2.222)**	**(2.543)**
Remuneração da Administração	(758)	(799)
Auditoria e taxas de custódia	(29)	(28)
Publicações e correspondências	(25)	(27)
Perdas com derivativos	(1.388)	(1.651)
Taxa de fiscalização	(13)	(20)
Corretagens e Emolumentos	(7)	(14)
Despesas diversas	(2)	(4)
Total do resultado dos exercícios	**10.340**	**8.242**
Patrimônio líquido no final dos exercícios		
Total de 8.471.770,939 cotas a R$ 9,278569 cada uma	78.606	
Total de 9.612.920,357 cotas a R$ 8,109052 cada uma		77.952

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

1 Contexto operacional
O Sicredi FAPI Composto - Fundo de Aposentadoria Programada Individual foi constituído em 16 de dezembro de 1999 e iniciou suas atividades em 27 de dezembro de 1999, sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração.
O objetivo do Fundo é proporcionar aos seus cotistas rentabilidade por meio das oportunidades oferecidas pelo mercado de taxa de juros pós-fixadas e pré-fixadas, índices de preço e renda variável, envolvendo vários fatores de risco, sem o compromisso de concentração em nenhum fator em especial.
O Fundo poderá realizar operações no mercado de derivativos como parte de sua política de investimentos para fins de hedge, limitados a 100% do patrimônio líquido.
Consequentemente, as cotas do Fundo estão sujeitas às oscilações positivas e negativas de acordo com os ativos integrantes de sua carteira, podendo levar, inclusive, à perda do capital investido.
O Fundo destina-se especificamente a receber investimentos de trabalhadores e/ou de empregadores detentores de Plano de Incentivo à Aposentadoria Programada Individual.
Os investimentos em fundos não são garantidos pelo Administrador ou por qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, pelo Fundo Garantidor de Créditos - FGC. O cotista está exposto a possibilidade de ser chamado a aportar recursos nas situações em que o patrimônio do Fundo se torne negativo.
A gestão da carteira do Fundo é realizada pela Confederação das Cooperativas do Sicredi.

2 Elaboração das demonstrações financeiras
Foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos Fundos de Investimento de Aposentadoria Programada Individual, previstas no Plano Contábil dos Fundos de Investimento – COFI, na Resolução 2.424/97 do Banco Central do Brasil e demais orientações emanadas da Comissão de Valores Mobiliários, sobretudo a Instrução CVM 175/22, a qual o Fundo encontra-se em processo de adaptação conforme nota explicativa 21.
Na elaboração dessas demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas de preços para a contabilização e determinação dos valores dos ativos e instrumentos financeiros integrantes da carteira do Fundo. Desta forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e instrumentos financeiros, os resultados auferidos poderão ser diferentes dos estimados.

3 Práticas contábeis
O Administrador adota o regime de competência para o registro das receitas e despesas. Entre as principais práticas contábeis adotadas destacam-se:

(a) Operações compromissadas
As operações compromissadas são registradas pelo valor efetivamente pago e atualizadas diariamente pelo rendimento auferido com base na taxa de remuneração.

Índice de ações
Os índices de ações integrantes da carteira são valorizados pela cotação de fechamento do último dia em que foram negociadas em bolsas de valores.

(b) Títulos públicos e privados
Os títulos públicos e privados integrantes da carteira são contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido diariamente dos rendimentos incorridos (curva) até a data do balanço, e ajustados ao valor de mercado, quando aplicável, em função da classificação dos títulos. Vide nota 4.

c) Dividendos/Juros sobre capital próprio
São contabilizadas em receita por ocasião em que as respectivas ações passam a ser negociadas como "ex-direito".

(d) Corretagens
As despesas de corretagens em operações de compra de ações são consideradas parte integrante do custo de aquisição. Na venda são registradas como despesa, na conta de "Corretagens e taxas".

(e) Mercado futuro
Os ajustes diários, positivos e negativos, das operações no mercado futuro são apropriados ao resultado e registrados, respectivamente, na rubrica "Ganhos/Perdas com derivativos".

4 Títulos e valores mobiliários
De acordo com o estabelecido pela Instrução CVM nº 577, de 7 de julho de 2016, os títulos e valores mobiliários são classificados em duas categorias específicas de acordo com a intenção de negociação, atendendo aos seguintes critérios para contabilização:

(i) Títulos para negociação: incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, sendo contabilizados pelo valor de mercado, em que as perdas e os ganhos realizados e não realizados sobre esses títulos são reconhecidos no resultado;

(ii) Títulos mantidos até o vencimento: incluem os títulos e valores mobiliários, exceto ações não resgatáveis, para os quais haja a intenção e a capacidade financeira para mantê-los até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos intrínsecos, desde que observadas as seguintes condições:

• o fundo de investimento seja destinado a um único investidor, a investidores pertencentes ao mesmo conglomerado ou grupo econômico-financeiro ou fundos de investimento fechados exclusivamente destinados a investidores qualificados, esses últimos, definidos como tal pela regulamentação editada pela CVM relativamente às categorias de investidores dos fundos de investimento;

• haja declaração formal de todos os cotistas, devendo constar que possuem capacidade financeira para levar ao vencimento os ativos classificados nesta categoria;

• todos os cotistas que ingressarem no fundo a partir da classificação nesta categoria

CONTINUA

RBS ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S A:92821701000100
Assinado de forma digital por RBS ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S A:92821701000100
Dados: 2024.02.27 17:44:18 -03'00'

SICREDI FAPI COMPOSTO
FUNDO DE APOSENTADORIA PROGRAMADA INDIVIDUAL

CNPJ nº 03.564.825/0001-27
(Administrado pelo Banco Cooperativo SICREDI S.A)

CONTINUAÇÃO

declarem formalmente, por meio do termo de adesão ao regulamento do mesmo, sua capacidade financeira e anuência à classificação de títulos e valores mobiliários integrantes da carteira do fundo na categoria mencionada neste item.

Caso o Fundo de Investimento invista em cotas de outro fundo de investimento, que classifique os títulos e valores mobiliários da sua carteira na categoria de títulos mantidos até o vencimento, é necessário que sejam atendidas, pelos cotistas do fundo investidor, as mesmas condições acima mencionadas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a totalidade dos títulos e valores mobiliários mantidos em carteira estavam classificados na categoria de títulos mantidos para negociação, avaliados, portanto, de acordo com o valor de mercado/realização.

(a) Composição da carteira
Durante o exercício findo em 31/12/2023 não houve reclassificações de títulos.
Os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira e suas respectivas faixas de vencimento estão assim classificados:

Títulos para negociação	Custo Total	Mercado / Realização	Faixa de Vencimento
Títulos de renda variável			
Índices de ações	12.269	15.721	Sem vencimento
Títulos públicos			
LFT	35.288	35.329	Acima de 1 ano
LTN	3.855	3.966	Acima de 1 ano
	39.143	39.925	
Títulos privados			
Debêntures	1.493	1.486	Acima de 1 ano
Letras Financeiras	16.281	16.313	Até 1 ano
Letras Financeiras	3.963	3.979	Acima de 1 ano
	21.737	21.778	
Total dos títulos para negociação:	**73.149**	**76.794**	

(b) Valor de mercado
Os critérios utilizados para apuração do valor de mercado são os seguintes:
Títulos de renda fixa
Títulos públicos
• **Prefixados:** São atualizadas pelas informações divulgadas nos boletins publicados pela ANBIMA. Para os demais títulos é utilizado o fluxo de caixa descontado. As taxas de desconto utilizadas são projeções de taxas de juros/swap divulgadas pela B3 S.A./ANBIMA e/ou outras fontes de informação
• **Pós-fixados:** São atualizados pelas informações divulgadas nos boletins publicados pela ANBIMA. Para os demais títulos, é utilizado o fluxo de caixa descontado. As taxas de desconto/indexadores utilizados são informações/projeções divulgadas por boletins ou publicações especializadas (ANBIMA).
Títulos privados
• **Letras Financeiras:** Como método de avaliação de mercado desses títulos, classificamos os emissores em grupos de rating e atribuímos spreads a cada emissão. Estes spreads são calculados com base nas taxas médias negociadas no dia.
• **Debêntures:** São atualizadas pelas informações divulgadas nos boletins publicados pela ANBIMA. Para as debêntures que não são informadas pela ANBIMA é utilizado o fluxo de caixa descontado. As taxas de desconto/indexadores utilizados são informações/projeções divulgadas por boletins ou publicações especializadas (ANBIMA).
• **Demais títulos:** Para os demais títulos, é utilizado fluxo de caixa descontado. As taxas de desconto/indexadores utilizados são informações/projeções divulgadas por boletins ou publicações especializadas (ANBIMA/B3 S.A.).

5 Margem de garantia
Em 31 de dezembro de 2023, o Fundo possuía margem depositada em garantia, representada conforme abaixo:

Tipo	Quantidade	Faixa de Vencimento	Valor
LFT	80	Acima de 1 ano	1.135
Total	80		1.135

6 Instrumentos financeiros derivativos
As operações foram realizadas em bolsa, e seus valores assim como seus prazos de vencimento
estão demonstrados conforme segue:
(a) Composição da carteira
Futuros

	Quantidade de contratos				
Indexador	Compra	Venda	Posição líquida	Valor de referência	Faixas de vencimento
FUT Di1	12	(56)	(44)	(4.396)	Até 1 ano
FUT Di1	-	(50)	(50)	(3.973)	Acima 1 ano
Total	12	(106)	(94)	(8.369)	

Os ajustes de futuros apresentados no Demonstrativo da Composição e Diversificação da Carteira, em 31 de dezembro de 2023, são os seguintes:
• Ajustes de futuros a receber – R$ 6.
Os resultados com operações de futuros totalizam uma perda de R$ 215 no exercício (2022 – ganho de R$ 346) e estão registradas em "Demais receitas - Ganhos com derivativos" e "Demais despesas - Perdas com derivativos".

(b) Valor de mercado
Derivativos
• **Mercado futuro:** As operações no mercado futuro são ajustadas a mercado conforme ajuste proveniente da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

7 Gerenciamento de riscos
(a) Tipos de riscos
Mercado
O valor dos ativos que integram a carteira pode aumentar ou diminuir de acordo com as flutuações de preços e cotações de mercado. Em caso de queda do valor dos ativos, o patrimônio do Fundo pode ser afetado negativamente. A queda nos preços dos ativos integrantes da carteira do Fundo pode ser temporária, não existindo, no entanto, garantia de que não se estenda por períodos longos e/ou indeterminados.
Derivativos
Consiste no risco de distorção do preço entre o derivativo e seu ativo objeto, o que pode ocasionar aumento da volatilidade do Fundo, limitar as possibilidades de retornos adicionais nas operações, não produzir os efeitos pretendidos, bem como provocar perdas aos cotistas. Mesmo para fundos que utilizam derivativos para proteção das posições à vista, existe o risco de a posição não representar um "hedge" perfeito ou suficiente para evitar perdas ao Fundo.
Sistêmico
As condições econômicas nacionais e internacionais podem afetar o mercado resultando em alterações nas taxas de juros e câmbio, nos preços dos papéis e nos ativos em geral. Tais variações podem afetar o desempenho do Fundo.
Crédito
É o risco de inadimplemento ou atraso no pagamento de juros ou principal dos títulos que compõem a carteira. Neste caso, o efeito no Fundo é proporcional à participação na carteira do título afetado. O risco de crédito está associado à capacidade de solvência do Tesouro Nacional, no caso de títulos públicos federais, e da empresa emissora do título, no caso de títulos privados.

(b) Controles relacionados aos riscos
De forma resumida, o processo constante de avaliação e monitoramento do risco consiste em:
• Estimar as perdas máximas potenciais dos fundos por meio do VaR ("Value at Risk");
• Definir parâmetros para avaliar se as perdas estimadas estão de acordo com o perfil do Fundo, se agressivo ou conservador; e
• Avaliar as perdas dos fundos em cenários de stress.

(c) Demonstrativo da análise de sensibilidade
Seguindo a interpretação exposta no Ofício Circular nº 1/2019/CVM/SIN/SNC, serão apresentados os valores apurados pela metodologia de VaR (Value at Risk), relativos à carteira de ativos do fundo no dia 31/12/2023.
O VaR é uma medida estatística que quantifica a perda máxima esperada em condições normais de mercado, considerando um determinado horizonte de tempo e um intervalo de confiança. O modelo aqui utilizado é o VaR paramétrico com distribuição normal para o horizonte de um dia com um nível de confiança de 95%. Para a apuração da volatilidade dos ativos e da correlação entre os fatores de risco da carteira, é considerado o modelo de Média Móvel Exponencialmente Ponderada (EWMA) com fator de decaimento de 0,94.
Dentre as limitações do modelo VaR, está o fato de que, por ser baseado em dados históricos recentes, este por vezes falha na identificação de situações extremas que podem causar perdas mais severas do que o resultado apurado.

Segue resultado da referida apuração.

Value at Risk (VaR)	Patrimônio Líquido (PL)	VaR / PL
29,59	78.606	0,04%

8 Emissões e resgates de cotas

(a) Emissão
O valor da cota é calculado diariamente. As emissões são processadas com base no valor da cota de fechamento apurado no dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelos investidores, na sede ou dependências do Administrador.
(b) Resgate
Os resgates são processados com base no valor da cota de fechamento apurado no dia do recebimento do pedido. O pagamento do resgate será efetuado até o quinto dia útil subsequente à data de conversão das cotas. As cotas do Fundo são resgatáveis a qualquer tempo com rendimento.

9 Remuneração da administração e custódia
Pela prestação dos serviços de administração do Fundo, que incluem a gestão da carteira, as atividades de tesouraria e de controle e processamento dos títulos e valores mobiliários, a distribuição de cotas e a escrituração da emissão e resgate de cotas, o Fundo paga a taxa de administração de 1% ao ano, calculada e provisionada diariamente, por dia útil, sobre o patrimônio líquido do Fundo e paga mensalmente, por períodos vencidos.
No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a despesa de taxa de administração foi de R$ 758 (2022 - R$ 799), registrada nas contas "Despesas de Taxa de Administração".
De acordo com o regulamento do Fundo, não há pagamento de taxa de custódia ao custodiante, pelos serviços de custódia qualificada, assim compreendidos, quando aplicáveis, a liquidação física e financeira dos ativos, sua guarda, bem como a administração e informação de eventos associados aos ativos compreendendo, ainda, a liquidação financeira de derivativos, contratos de permutas de fluxos financeiros - swap e operações a termo, bem como o pagamento das taxas relativas ao serviço prestado, tais como, mas não limitadas a taxa de movimentação e o registro dos depositários, as câmaras e os sistemas de liquidação e as instituições intermediárias.

10 Custódia dos títulos da carteira
Os títulos públicos e as operações compromissadas lastreadas nesses títulos estão registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) do Banco Central do Brasil, os títulos privados, as operações compromissadas lastreadas em debêntures, as operações de "mercado futuro", "swap" e "opções", ações, índices de ações, termos e empréstimo de ações, quando operadas, encontram- se registradas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e o controle das cotas dos fundos de investimento que compõem a carteira do Fundo está sob a responsabilidade do Administrador.

11 Operações do Fundo com partes relacionadas
Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o Fundo realizou operações compromissadas cuja contraparte era o Banco Cooperativo Sicredi S.A., Administrador do Fundo. As características das respectivas operações estão demonstradas a seguir:

Mês/Ano	Operações compromissadas realizadas com partes relacionadas / Total de operações compromissadas	Volume médio diário/Patrimônio médio diário do fundo	Taxa média operada/Taxa SELIC
jan/23	100,00%	2,7907%	100,0000%
fev/23	100,00%	2,1520%	100,0000%
mar/23	100,00%	2,0079%	100,0000%
abr/23	100,00%	1,8174%	100,0000%
mai/23	100,00%	1,8190%	100,0000%
jun/23	100,00%	2,5038%	100,0000%
jul/23	100,00%	2,8325%	100,0000%
ago/23	100,00%	1,7891%	100,0000%
set/23	100,00%	3,5681%	100,0000%
out/23	100,00%	3,9669%	100,0000%
nov/23	100,00%	3,4093%	100,0000%
dez/23	100,00%	3,5905%	100,0000%

Os títulos emitidos por empresas ligadas ao administrador e/ou gestor do Fundo em 31 de dezembro de 2023 encontram-se em destaque no Demonstrativo da composição e diversificação da carteira, quando aplicável.

12 Legislação tributária
a) Cotista
Imposto de renda
A Lei 11.053, de 29 de dezembro de 2004, e a Instrução Normativa SRF nº 588, de 21 de dezembro de 2005, disciplinam que a partir de 1º de janeiro de 2005, os resgates, parciais ou totais, de recursos acumulados nos fundos de aposentadoria programada individual (FAPI), sujeitam-se à incidência de imposto de renda na fonte à alíquota de 15% (quinze por cento), como antecipação do devido na Declaração de Ajuste Anual da pessoa física.
A referida legislação faculta aos participantes a opção pelo regime de tributação de incidência de imposto de renda exclusivamente na fonte. Nessa modalidade de tributação, os participantes estão sujeitos a alíquotas diferenciadas de imposto de renda quando do resgate, entre 35% e 10%, determinadas em função do prazo de permanência dos recursos, de forma definitiva.
Aos participantes que ingressarem no fundo de aposentadoria programada individual (FAPI) a partir de 1º de janeiro de 2005, a opção por um dos regimes de tributação deve ser exercida até o último dia útil do mês subsequente ao ingresso nos planos de benefícios, sendo irretratável, mesmo nas hipóteses de portabilidade de recursos e de transferência de participantes e respectivas reservas.
Quanto aos participantes que ingressaram no fundo de aposentadoria programada individual (FAPI) até 31 de dezembro de 2004, foi facultada a opção pelo regime de tributação exclusivamente na fonte, desde que formalizada pelo participante, em formulário específico, até o último dia útil de dezembro de 2005.
Os cotistas isentos, os imunes e os amparados por uma norma legal ou medida judicial específica não sofrem retenção do imposto de renda na fonte.
Imposto sobre operações financeiras
O Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários
- IOF é tributado a alíquota zero nas operações de resgate de cotas do Fundo de Aposentadoria Programada Individual (FAPI), conforme Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007.
(b) Fundo
Imposto sobre operações financeiras
De acordo com o Decreto nº 6.306/07 - Regulamento do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (RIOF) e alterações posteriores, o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) deve ser calculado, nas operações com derivativos realizadas pelo Fundo, à alíquota de 1% sobre o valor do contrato ajustado, na aquisição, venda ou vencimento de contrato derivativo que resulte em aumento da exposição cambial vendida ou em redução da exposição cambial comprada.
A situação tributária acima descrita pode ser alterada a qualquer tempo, seja através da instituição de novos tributos ou da alteração das alíquotas vigentes.

13 Política de divulgação das informações
Os resultados auferidos são incorporados ao patrimônio, com a correspondente variação do valor das cotas, de maneira que todos os cotistas deles participem proporcionalmente à quantidade de cotas possuídas.

14 Política de divulgação das informações
A divulgação das informações do Fundo aos cotistas é realizada através do site do administrador e através de correspondência, inclusive por meio de correio eletrônico.

15 Outras informações
As rentabilidades nos exercícios foram as seguintes:

Data	Rentabilidade (%)	Patrimônio líquido (média anual)	Benchmark (%) CDI-CETIP
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023	14,42	76.641	13,05
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022	10,85	80.146	11,19

• O Fundo não possui índice de mercado diretamente relacionado à rentabilidade do mesmo.
• A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de resultados futuros.
• Os investimentos em fundos não são garantidos pelo Administrador ou por qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, pelo Fundo Garantidor de Créditos.

16 Demandas judiciais
Não há registro de demandas judiciais ou extrajudiciais, quer na defesa dos direitos do cotista, quer desses contra a administração do Fundo.

17 Prestação de outros serviços e política de independência do auditor
De acordo com a Instrução CVM nº 577, de 7 de julho de 2016, o administrador não contratou outros serviços, que envolvam atividades de gestão de recursos de terceiros, junto ao auditor independente responsável pelo exame das demonstrações financeiras do Fundo, que não seja o de auditoria externa.

18 Política de exercício de direito de voto
O Gestor do Fundo adota política de exercício de direito de voto em assembleias, disponível no sítio www.sicredi.com.br que disciplina os princípios gerais, o processo decisório e quais são as matérias relevantes obrigatórias para exercício do direito de voto. Tal política orienta as decisões do Gestor em assembleias de detentores de títulos e valores mobiliários que confiram aos seus titulares o direito de voto.
19 Demonstração da evolução do valor da cota e da rentabilidade (não auditado)

Data	Valor da Cota	Patrimônio Líquido (Média Mensal)	Rentabilidade - %			
			Fundo		Índice de Mercado - CDI/CETIP	
			Mensal	Acumulada	Mensal	Acumulada
30/12/2022	8,109052	-	-	-	-	-
31/01/2023	8,228284	77.710	1,47	1,47	1,12	1,12
28/02/2023	8,152317	77.126	-0,92	0,53	0,92	2,05
31/03/2023	8,180079	75.423	0,34	0,88	1,17	3,25
28/04/2023	8,277105	75.198	1,19	2,07	0,92	4,20
31/05/2023	8,414571	75.933	1,66	3,77	1,12	5,37
30/06/2023	8,637602	77.254	2,65	6,52	1,07	6,50
31/07/2023	8,768803	77.056	1,52	8,14	1,07	7,64
31/08/2023	8,753264	76.459	-0,18	7,94	1,14	8,87
29/09/2023	8,832262	76.418	0,90	8,92	0,97	9,93
31/10/2023	8,841444	76.129	0,10	9,03	1,00	11,02
30/11/2023	9,118261	77.111	3,13	12,45	0,92	12,04
29/12/2023	9,278569	77.932	1,76	14,42	0,90	13,05

20 Alteração Estatutária
Conforme Ata da Consulta Formal datado de 30 de março de 2023, foi deliberado o seguinte assunto:
(i). Alteração do Capítulo XI – DA ASSEMBLEIA GERAL: Inclusão da possibilidade de assembleia por meio eletrônico, adicionando o trecho "As Assembleias Gerais poderão ocorrer em ambiente virtual, sempre possibilitando a participação da totalidade dos cotistas do FUNDO, assim como o exercício do direito de voto de cada cotista." no regulamento.
O novo regulamento passa a viger a partir de 28 de abril de 2023.

21 Outros Assuntos
A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) publicou a Resolução CVM 175 em 23 de dezembro de 2022, que dispõe sobre a constituição, o funcionamento e a divulgação de informações dos fundos de investimento, bem como sobre a prestação de serviços para os fundos, em substituição à Instrução CVM 555. As alterações introduzidas pela nova resolução entraram em vigor a partir de 2 de outubro de 2023, tendo os fundos em funcionamento adaptação até 31 de dezembro de 2024. Atualmente, o Fundo encontra-se em processo de adaptação. Não são esperados impactos no patrimônio do Fundo decorrente desse processo.

22 Informações Adicionais

Contador:
Eduardo Netto Sarubbi
CRC-RS 60.899/O-8

Diretor responsável:
Marcus Vinicius França Barboza

rumo

A **RUMO Malha Sul S/A** e o **Ministério Público Federal**, no atendimento aos interesses tutelados na **Ação Civil Pública nº 5008522-59.2018.4.04.7110**, celebraram Termo de Ajustamento de Conduta, que previu a realização de três içamentos diários do vão móvel da Ponte Férrea existente sobre o Canal de São Gonçalo, nos horários abaixo, os quais passarão a ser observados a partir do próximo dia 01/03/2024:

1º HORÁRIO: 08:00 – 08:45
2º HORÁRIO: 13:00 – 13:45
3º HORÁRIO: 17:00 – 17:45

A Rumo, mantém a disposição seu canal de relacionamento com as pessoas que estão diretas ou indiretamente ligadas aos trechos sob concessão da Rumo. Nessa página, é possível esclarecer dúvidas, formalizar reclamações e denunciar condutas que violem os nossos procedimentos ou a legislação vigente.

http://canalconfidencial.com.br/rumo/

As informações são recebidas pela Aliant, empresa especializada e independente, que garante o sigilo sobre a identidade dos relatores e o encaminhamento das mensagens para a alta administração da Rumo.

Se preferir, também é possível relatar um incidente por telefone, pelo número 0800 701 2255. O atendimento é gratuito, 24h por dia, 7 dias por semana.

Rumo Malha Sul S/A

CERTIFICADA

O jornal Zero Hora confirma a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente em gzh.com.br/publicidadelegal

RBS ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S A:92821701000100

Assinado de forma digital por RBS ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S A:92821701000100
Dados: 2024.02.27 17:44:42 -03'00'

SICREDI FAPI RENDA FIXA
FUNDO DE APOSENTADORIA PROGRAMADA INDIVIDUAL

CNPJ nº 10.546.592/0001-03
(Administrado pelo Banco Cooperativo SICREDI S.A)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E RELATÓRIO DOS AUDITOR INDEPENDENTE

ERNST & YOUNG - Auditores Independentes S/S Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Cotistas e Administrador do Sicredi FAPI Renda Fixa – Fundo de Aposentadoria Programada Individual
(Administrado pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.) Porto Alegre - RS

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras do Sicredi FAPI Renda Fixa - Fundo de Aposentadoria Programada Individual ("Fundo") que compreendem a demonstração da composição e diversificação da carteira em 31 de dezembro de 2023 e a respectiva demonstração da evolução do patrimônio líquido para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Sicredi FAPI Renda Fixa - Fundo de Aposentadoria Programada Individual em 31 de dezembro de 2023 e o desempenho de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos Fundos de Investimento de Aposentadoria Programada Individual.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Fundo, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria
Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou os assuntos, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentada no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras do Fundo.

Investimentos em títulos de dívida emitidos pelo governo

Conforme apresentado na demonstração da composição e diversificação da carteira, em 31 de dezembro de 2023, os investimentos em títulos de dívida emitidos pelo governo brasileiro ("Títulos Públicos") representavam 62,96% do patrimônio líquido do Fundo. Considerando sua relevância no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, os investimentos em Títulos Públicos foram considerados como um principal assunto de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Nossos procedimentos de auditoria sobre os investimentos em Títulos Públicos incluíram, entre outros, a inspeção documental do extrato de custódia emitido pelo custodiante, o recálculo do valor justo dos Títulos Públicos com base em preços cotados em mercado ativo e a revisão da apresentação e divulgações constantes nas demonstrações financeiras do Fundo.
Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os investimentos em Títulos Públicos, que está consistente com a avaliação do Administrador do Fundo, consideramos que os critérios e premissas adotados pelo Administrador do Fundo para reconhecimento, mensuração e divulgação dos Títulos Públicos são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Investimentos em títulos de dívida emitidos por companhias

Conforme apresentado na demonstração da composição e diversificação da carteira, em 31 de dezembro de 2023, os investimentos em títulos de dívida emitidos por companhias ("Títulos Privados") representavam 33,02% do patrimônio líquido do Fundo. Considerando sua relevância no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, os investimentos em Títulos Privados foram considerados um principal assunto de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Nossos procedimentos de auditoria sobre os investimentos em Títulos Privados incluíram, entre outros, a inspeção documental dos extratos de custódia emitidos pelos respectivos custodiantes, o recálculo do valor justo considerando preços cotados em mercados ativos quando disponíveis ou, alternativamente, considerando técnicas de precificação baseadas em dados observáveis de mercado, incluindo aqueles relativos risco de crédito, envolvendo especialistas internos quando necessário. Adicionalmente, revisamos a apresentação e divulgações constantes nas demonstrações financeiras do Fundo.
Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os investimentos em Títulos Privados, que está consistente com a avaliação do Administrador do Fundo, consideramos que os critérios e premissas adotados pelo Administrador do Fundo para reconhecimento, mensuração e divulgação dos investimentos em Títulos Privados são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos
Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras do Fundo para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório, em 17 de fevereiro de 2023, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

Responsabilidades do Administrador do Fundo pelas demonstrações financeiras
O Administrador do Fundo é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos Fundos de Investimento de Aposentadoria Programada Individual e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações financeiras, o Administrador do Fundo é responsável pela avaliação da capacidade de o Fundo continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que o Administrador do Fundo pretenda liquidar o Fundo ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Fundo.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pelo Administrador do Fundo.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pelo Administrador do Fundo, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Fundo. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Fundo a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 15 de fevereiro de 2024. ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/F

Bruno Araujo Santos
Contador CRC 1SP-291893/O

DEMONSTRATIVO DA COMPOSIÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DA CARTEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Aplicações/Especificação	Quantidade	Custo total	Mercado /Realização	% sobre o patrimônio líquido
Operações compromissadas (a)	**193**	**2.737**	**2.737**	**4,17**
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	193	2.737	2.737	4,17
Títulos Públicos	**6.975**	**41.156**	**41.301**	**62,96**
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	2.675	37.841	37.890	57,76
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	4.300	3.315	3.411	5,2
Títulos Privados	**1.224**	**21.617**	**21.660**	**33,02**
Letras Financeiras	**217**	**20.592**	**20.640**	**31,47**
Banco Bradesco S.A.	18	5.620	5.619	8,57
Banco Santander S.A	79	5.118	5.136	7,83
Banco Itaú S.A.	40	4.951	4.963	7,57
Banco Pactual S.A.	80	4.903	4.922	7,5
Debêntures	**1.007**	**1.025**	**1.020**	**1,55**
Gerdau S.A.	1.007	1.025	1.020	1,55
Instrumentos financeiros derivativos			**5**	**0,01**
Mercado futuro			**5**	**0,01**
Posição comprada		-	5	0,01
Disponibilidades (a)		-	**5**	**0,01**
Total do Ativo		-	**65.708**	**100,17**
Valores a Pagar			**110**	**0,17**
Patrimônio Líquido			**65.598**	100,00
Total do Passivo e Patrimônio Líquido			**65.708**	**100,17**

(a) Saldo e/ou transação efetuada com a interveniência do administrador do Fundo
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DA EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto o valor unitário da cota)

	2023	2022
Patrimônio líquido no início dos exercícios		
Total de 22.710.649,613 cotas a R$ 2,877836 cada uma	65.358	
Total de 25.659.570,427 cotas a R$ 2,555002 cada uma		65.560
Cotas emitidas		
72.217,430 cotas	211	
193.012,000 cotas		524
Cotas resgatadas		
2.605.130,140 cotas	(4.244)	
3.141.932,820 cotas		(5.066)
Variações no resgate de cotas	**(3.668)**	**(3.464)**
Composição dos resultados dos exercícios		
Patrimônio líquido antes do resultados dos exercícios	**57.657**	**57.554**
Renda fixa e outros títulos e valores mobiliários	**8.516**	**7.867**
Apropriação de rendimentos	7.976	7.697
Valorização (desvalorização) a preço de mercado	524	152
Resultado nas negociações	16	18
Demais receitas	**1.022**	**1.893**
Ganhos com derivativos	1.022	1.893
Demais despesas	**(1.597)**	**(1.956)**
Remuneração da Administração	(322)	(327)
Auditoria e taxas de custódia	(27)	(26)
Publicações e correspondências	(26)	(27)
Perdas com derivativos	(1.207)	(1.560)
Taxa de fiscalização	(13)	(13)
Despesas diversas	(2)	(3)
Total do resultado dos exercícios	**7.941**	**7.804**
Patrimônio líquido no final dos exercícios		
Total de 20.177.736,898 cotas a R$ 3,251013 cada uma	65.598	
Total de 22.710.649,613 cotas a R$ 2,877836 cada uma		65.358

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 Contexto operacional
O Sicredi FAPI Renda Fixa - Fundo de Aposentadoria Programada Individual foi constituído em 11 de dezembro de 2008 e iniciou suas atividades em 23 de janeiro de 2009, sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração.
O objetivo do Fundo é proporcionar aos seus cotistas, rentabilidade compatível com a taxa DI- CETIP, alocando seus recursos em carteira de ativos composta por títulos públicos e títulos privados negociados no mercado financeiro brasileiro, prefixados, indexados a taxas de juros pós-fixados e/ou índices de preço.
O Fundo poderá realizar operações no mercado de derivativos como parte de sua política de investimentos exclusivamente para fins de hedge, limitados a 100% do seu patrimônio líquido.
Consequentemente, as cotas do Fundo estão sujeitas às oscilações positivas e negativas de acordo com os ativos integrantes de sua carteira, podendo levar, inclusive, à perda do capital investido.
O fundo destina-se especificamente a receber investimentos de trabalhadores e/ou de empregadores detentores de Plano de Incentivo à Aposentadoria Programada Individual.
Os investimentos em fundo não são garantidos pelo Administrador, ou por qualquer mecanismo de seguro ou pelo Fundo Garantidor de Créditos FGC.
A gestão da carteira do Fundo é realizada pela Confederação das Cooperativas do Sicredi.

2 Elaboração das demonstrações financeiras
Foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos Fundos de Investimento de Aposentadoria Programada Individual, previstas no Plano Contábil dos Fundos de Investimento – COFI, Resolução 2.424/97 do Banco Central do Brasil e demais orientações emanadas da Comissão de Valores Mobiliários, sobretudo a Instrução CVM 175/22, a qual o Fundo encontra-se em processo de adaptação conforme nota explicativa 21.
Na elaboração dessas demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas de preços para a contabilização e determinação dos valores dos ativos e instrumentos financeiros integrantes da carteira do Fundo. Desta forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e instrumentos financeiros, os resultados auferidos poderão ser diferentes dos estimados.

3 Práticas contábeis
O Administrador adota o regime de competência para o registro das receitas e despesas. Entre as principais práticas contábeis adotadas destacam-se:

(a) Operações compromissadas
As operações compromissadas são registradas pelo valor efetivamente pago e atualizadas diariamente pelo rendimento auferido com base na taxa de remuneração. **Títulos públicos e privados**
Os títulos públicos e privados integrantes da carteira são contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido diariamente dos rendimentos incorridos (curva) até a data do balanço, e ajustados ao valor de mercado, quando aplicável, em função da classificação dos títulos. Vide nota 4.

(b) Mercado futuro
Os ajustes diários, positivos e negativos, das operações no mercado futuro são apropriados ao resultado e registrados, respectivamente, na rubrica "Ganhos/Perdas com derivativos".

4 Títulos e valores mobiliários
De acordo com o estabelecido pela Instrução CVM nº 577, de 7 de julho de 2016, os títulos e valores mobiliários são classificados em duas categorias específicas de acordo com a intenção de negociação, atendendo aos seguintes critérios para contabilização:

(i) Títulos para negociação: incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, sendo contabilizados pelo valor de mercado, em que as perdas e os ganhos realizados e não realizados sobre esses títulos são reconhecidos no resultado;

(ii) Títulos mantidos até o vencimento: incluem os títulos e valores mobiliários, exceto ações não resgatáveis, para os quais haja a intenção e a capacidade financeira para mantê-los até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos intrínsecos, desde que observadas as seguintes condições:

• o fundo de investimento seja destinado a um único investidor, a investidores pertencentes ao mesmo conglomerado ou grupo econômico-financeiro ou fundos de investimento fechados exclusivamente destinados a investidores qualificados, esses últimos, definidos como tal pela regulamentação editada pela CVM relativamente às categorias de investidores dos fundos de investimento;

• haja declaração formal de todos os cotistas, devendo constar que possuem capacidade financeira para levar ao vencimento os ativos classificados nesta categoria;

• todos os cotistas que ingressarem no fundo a partir da classificação nesta categoria declarem formalmente, por meio do termo de adesão ao regulamento do mesmo, sua capacidade financeira e anuência à classificação de títulos e valores mobiliários integrantes da carteira do fundo na categoria mencionada neste item.

Caso o Fundo de Investimento invista em cotas de outro fundo de investimento, que classifique os títulos e valores mobiliários da sua carteira na categoria de títulos mantidos até o vencimento, é necessário que sejam atendidas, pelos cotistas do fundo investidor, as mesmas condições acima mencionadas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a totalidade dos títulos e valores mobiliários mantidos em carteira estavam classificados na categoria de títulos mantidos para negociação, avaliados, portanto, de acordo com o valor de mercado/realização.

(a) Composição da carteira

Durante o exercício findo em 31/12/2023 não houve reclassificações de títulos.

Os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira e suas respectivas faixas de vencimento estão assim classificados:

CONTINUA

RBS ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S A:92821701000100
Assinado de forma digital por RBS ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S A:92821701000100
Dados: 2024.02.27 17:44:59 -03'00'

SICREDI FAPI RENDA FIXA
FUNDO DE APOSENTADORIA PROGRAMADA INDIVIDUAL

CNPJ nº 10.546.592/0001-03
(Administrado pelo Banco Cooperativo SICREDI S.A)

CONTINUAÇÃO

Títulos de emissão do Tesouro Nacional:	Custo Total	Mercado / Realização	Faixa de Vencimento
LFT	37.841	37.890	Acima de 1 ano
LTN	3.315	3.411	Acima de 1 ano
	41.156	41.301	
Títulos privados			
Debêntures	1.025	1.020	Acima de 1 ano
Letras Financeiras	14.238	14.263	Até 1 ano
Letras Financeiras	6.354	6.377	Acima de 1 ano
	21.617	21.660	
Total dos títulos para negociação:	62.773	62.961	

(b) Valor de mercado
Os critérios utilizados para apuração do valor de mercado são os seguintes:
Títulos de renda fixa Títulos públicos
• Prefixados: São atualizadas pelas informações divulgadas nos boletins publicados pela ANBIMA. Para os demais títulos é utilizado o fluxo de caixa descontado. As taxas de desconto utilizadas são projeções de taxas de juros/swap divulgadas pela B3 S.A./ANBIMA ou outras fontes de informação.
• Pós-fixados: São atualizados pelas informações divulgadas nos boletins publicados pela ANBIMA. Para os demais títulos, é utilizado o fluxo de caixa descontado. As taxas de desconto/indexadores utilizados são informações/projeções divulgadas por boletins ou publicações especializadas (ANBIMA).
Títulos privados
• Letras Financeiras: Como método de avaliação de mercado desses papéis, classificamos os emissores em grupos de rating e atribuímos spreads a cada emissão. Estes spreads são calculados com base nas taxas médias negociadas no dia.
• Debêntures: São atualizadas pelas informações divulgadas nos boletins publicados pela ANBIMA. Para as debêntures que não são informadas pela ANBIMA é utilizado o fluxo de caixa descontado. As taxas de desconto/indexadores utilizados são informações/projeções divulgadas por boletins ou publicações especializadas (ANBIMA).
• Demais títulos: Para os demais títulos, é utilizado fluxo de caixa descontado. As taxas de desconto/indexadores utilizados são informações/projeções divulgadas por boletins ou publicações especializadas (ANBIMA/B3 S.A.).

5 Margem de garantia
Em 31 de dezembro de 2023, o Fundo possuía margem depositada em garantia, representada conforme abaixo:

Tipo	Quantidade	Faixa de Vencimento	Valor
LFT	50	Acima de 1 ano	711
Total	50		711

6 Instrumentos financeiros derivativos
As operações foram realizadas em bolsa, e seus valores assim como seus prazos de vencimento estão demonstrados conforme segue:

(a) Composição da carteira
Futuros

	Quantidade de contratos				
Indexador	Compra	Venda	Posição líquida	Valor de referência	Faixas de vencimento
FUT Di1	-	(48)	(48)	(4.796)	Até 1 ano
FUT Di1	-	(43)	(43)	(3.417)	Acima 1 ano
Total	-	(91)	(91)	(8.213)	

Os ajustes de futuros apresentados no Demonstrativo da Composição e Diversificação da Carteira, em 31 de dezembro de 2023, são os seguintes:

• Ajustes de futuros a receber – R$ 5.

Os resultados com operações de futuros totalizam uma perda de R$ 185 no exercício (2022 – ganho de R$ 333) e estão registradas em "Demais receitas - Ganhos com derivativos" e "Demais despesas
- Perdas com derivativos".

(b) Valor de mercado
Derivativos
• Mercado futuro: As operações no mercado futuro são ajustadas a mercado conforme ajuste proveniente da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

7 Gerenciamento de riscos

(a) Tipos de riscos
Mercado
O valor dos ativos que integram a carteira pode aumentar ou diminuir de acordo com as flutuações de preços e cotações de mercado. Em caso de queda do valor dos ativos, o patrimônio do Fundo pode ser afetado negativamente. A queda nos preços dos ativos integrantes da carteira do Fundo pode ser temporária, não existindo, no entanto, garantia de que não se estenda por períodos longos e/ou indeterminados.

Derivativos
Consiste no risco de distorção do preço entre o derivativo e seu ativo objeto, o que pode ocasionar aumento da volatilidade do Fundo, limitar as possibilidades de retornos adicionais nas operações, não produzir os efeitos pretendidos, bem como provocar perdas aos cotistas. Mesmo para fundos que utilizam derivativos para proteção das posições à vista, existe o risco de a posição não representar um "hedge" perfeito ou suficiente para evitar perdas ao Fundo.

Sistêmico
As condições econômicas nacionais e internacionais podem afetar o mercado resultando em alterações nas taxas de juros e câmbio, nos preços dos papéis e nos ativos em geral. Tais variações podem afetar o desempenho do Fundo.

Crédito
É o risco de inadimplemento ou atraso no pagamento de juros ou principal dos títulos que compõem a carteira. Neste caso, o efeito no Fundo é proporcional à participação na carteira do título afetado. O risco de crédito está associado à capacidade de solvência do Tesouro Nacional, no caso de títulos públicos federais, e da empresa emissora do título, no caso de títulos privados.

(b) Controles relacionados aos riscos
De forma resumida, o processo constante de avaliação e monitoramento do risco consiste em:

• estimar as perdas máximas potenciais dos fundos por meio do VaR ("Value at Risk");
• definir parâmetros para avaliar se as perdas estimadas estão de acordo com o perfil do Fundo, se agressivo ou conservador; e
• avaliar as perdas dos fundos em cenários de stress.

(c) Demonstrativo da análise de sensibilidade
Seguindo a interpretação exposta no Ofício Circular nº 1/2019/CVM/SIN/SNC, serão apresentados os valores apurados pela metodologia de VaR (Value at Risk), relativos à carteira de ativos do fundo no dia 31/12/2023.
O VaR é uma medida estatística que quantifica a perda máxima esperada em condições normais de mercado, considerando um determinado horizonte de tempo e um intervalo de confiança. O modelo aqui utilizado é o VaR paramétrico com distribuição normal para o horizonte de um dia com um nível de confiança de 95%. Para a apuração da volatilidade dos ativos e da correlação entre os fatores de risco da carteira, é considerado o modelo de Média Móvel Exponencialmente Ponderada (EWMA) com fator de decaimento de 0,94.
Dentre as limitações do modelo VaR, está o fato de que, por ser baseado em dados históricos recentes, este por vezes falha na identificação de situações extremas que podem causar perdas mais severas do que o resultado apurado.

Segue resultado da referida apuração.

Value at Risk (VaR)	Patrimônio Líquido (PL)	VaR / PL
2,16	65.598	0,00%

8 Emissões e resgates de cotas
(a) Emissão
O valor da cota é calculado diariamente. As emissões são processadas com base no valor da cota de fechamento apurado no dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelos investidores, na sede ou dependências do Administrador.

(b) Resgate
Os resgates são processados com base no valor da cota de fechamento apurado no dia do recebimento do pedido. O pagamento do resgate será efetuado até o quinto dia útil subsequente à data de conversão das cotas. As cotas do Fundo são resgatáveis a qualquer tempo com rendimento.

9 Remuneração da administração e custódia
Pela prestação dos serviços de administração do Fundo, que incluem a gestão da carteira, as atividades de tesouraria e de controle e processamento dos títulos e valores mobiliários, a distribuição de cotas e a escrituração da emissão e resgate de cotas, o Fundo paga a taxa de administração de 0,5% ao ano, calculada e provisionada diariamente, por dia útil, sobre o patrimônio líquido do Fundo e paga mensalmente, por períodos vencidos.
No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a despesa de taxa de administração foi de R$ 322 (2022 - R$ 327), registrada nas contas "Despesas Taxa de Administração".
De acordo com o regulamento do Fundo, não há pagamento de taxa de custódia ao custodiante, pelos serviços de custódia qualificada, assim compreendidos, quando aplicáveis, a liquidação física e financeira dos ativos, sua guarda, bem como a administração e informação de eventos associados aos ativos compreendendo, ainda, a liquidação financeira de derivativos, contratos de permutas de fluxos financeiros - swap e operações a termo, bem como o pagamento das taxas relativas ao serviço prestado, tais como, mas não limitadas a taxa de movimentação e o registro dos depositários, as câmaras e os sistemas de liquidação e as instituições intermediárias.

10 Custódia dos títulos da carteira
Os títulos públicos e as operações compromissadas lastreadas nesses títulos estão registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) do Banco Central do Brasil, os títulos privados, as operações compromissadas lastreadas em debêntures, as operações de "mercado futuro", "swap" e "opções", ações, índices de ações, termos e empréstimo de ações, quando operadas, encontram- se registradas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e o controle das cotas dos fundos de investimento que compõem a carteira do Fundo está sob a responsabilidade do Administrador.

11 Operações do Fundo com partes relacionadas
Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o Fundo realizou operações compromissadas cuja contraparte era o Banco Cooperativo Sicredi S.A., Administrador do Fundo. As características das respectivas operações estão demonstradas a seguir:

Mês/Ano	Operações compromissadas realizadas com partes relacionadas / Total de operações compromissadas	Volume médio diário/Patrimônio médio diário do fundo	Taxa média operada/Taxa SELIC
jan/23	100,00%	5,1565%	100,0000%
fev/23	100,00%	2,9476%	100,0000%
mar/23	100,00%	2,2547%	100,0000%
abr/23	100,00%	3,3762%	100,0000%
mai/23	100,00%	2,1541%	100,0000%
jun/23	100,00%	2,4422%	100,0000%
jul/23	100,00%	3,1891%	100,0000%
ago/23	100,00%	3,0320%	100,0000%
set/23	100,00%	4,7804%	100,0000%
out/23	100,00%	4,8340%	100,0000%
nov/23	100,00%	4,4951%	100,0000%
dez/23	100,00%	5,1596%	100,0000%

Os títulos emitidos por empresas ligadas ao administrador e/ou gestor do Fundo em 31 de dezembro de 2023 encontram-se em destaque no Demonstrativo da composição e diversificação da carteira, quando aplicável.

12 Legislação tributária
(a) Cotista
Imposto de renda
A Lei 11.053, de 29 de dezembro de 2004, e a Instrução Normativa SRF nº 588, de 21 de dezembro de 2005, disciplinam que a partir de 1º de janeiro de 2005, os resgates, parciais ou totais, de recursos acumulados nos fundos de aposentadoria programada individual (FAPI), sujeitam-se à incidência de imposto de renda na fonte à alíquota de 15% (quinze por cento), como antecipação do devido na Declaração de Ajuste Anual da pessoa física.
A referida legislação faculta aos participantes a opção pelo regime de tributação de incidência de imposto de renda exclusivamente na fonte. Nessa modalidade de tributação, os participantes estão sujeitos a alíquotas diferenciadas de imposto de renda quando do resgate, entre 35% e 10%, determinadas em função do prazo de permanência dos recursos, de forma definitiva.
Aos participantes que ingressarem no fundo de aposentadoria programada individual (FAPI) a partir de 1º de janeiro de 2005, a opção por um dos regimes de tributação deve ser exercida até o último dia útil do mês subsequente ao ingresso nos planos de benefícios, sendo irretratável, mesmo nas hipóteses de portabilidade de recursos e de transferência de participantes e respectivas reservas.
Quanto aos participantes que ingressaram no fundo de aposentadoria programada individual (FAPI) até 31 de dezembro de 2004, foi facultada a opção pelo regime de tributação exclusivamente na fonte, desde que formalizada pelo participante, em formulário específico, até o último dia útil de dezembro de 2005.
Os cotistas isentos, os imunes e os amparados por uma norma legal ou medida judicial específica não sofrem retenção do imposto de renda na fonte.

Imposto sobre operações financeiras
O Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários
- IOF é tributado a alíquota zero nas operações de resgate de cotas do fundo de aposentadoria programada individual (FAPI), conforme Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007.

(b) Fundo
Imposto sobre operações financeiras
De acordo com o Decreto nº 6.306/07 - Regulamento do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (RIOF) e alterações posteriores, o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) deve ser calculado, nas operações com derivativos realizadas pelo Fundo, à alíquota de 1% sobre o valor do contrato ajustado, na aquisição, venda ou vencimento de contrato derivativo que resulte em aumento da exposição cambial vendida ou em redução da exposição cambial comprada.
A situação tributária acima descrita pode ser alterada a qualquer tempo, seja através da instituição de novos tributos ou da alteração das alíquotas vigentes.

13 Política de distribuição dos resultados
Os resultados auferidos são incorporados ao patrimônio, com a correspondente variação do valor das cotas, de maneira que todos os condôminos deles participem proporcionalmente à quantidade de cotas possuídas.

14 Política de divulgação das informações
A divulgação das informações do Fundo aos cotistas é realizada através do site do administrador e através de correspondência, inclusive por meio de correio eletrônico.

15 Outras informações
As rentabilidades nos exercícios foram as seguintes:

Data	Rentabilidade (%)	Patrimônio líquido (média anual)	Benchmark (%) CDI-CETIP
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023	12,97	65.127	13,05
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022	12,64	65.562	12,37

• A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de resultados futuros.
• Os investimentos em fundos não são garantidos pelo Administrador ou por qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, pelo Fundo Garantidor de Créditos.

16 Demandas judiciais
Não há registro de demandas judiciais ou extrajudiciais, quer na defesa dos direitos do cotista, quer desses contra a administração do Fundo.

17 Prestação de outros serviços e política de independência do auditor
De acordo com a Instrução CVM nº 577, de 7 de julho de 2016, o administrador não contratou outros serviços, que envolvam atividades de gestão de recursos de terceiros, junto ao auditor independente responsável pelo exame das demonstrações financeiras do Fundo, que não seja o de auditoria externa.

18 Política de exercício de direito de voto
O Gestor do Fundo adota política de exercício de direito de voto em assembleias, disponível no sítio www.sicredi.com.br que disciplina os princípios gerais, o processo decisório e quais são as matérias relevantes obrigatórias para exercício do direito de voto. Tal política orienta as decisões do Gestor em assembleias de detentores de títulos e valores mobiliários que confiram aos seus titulares o direito de voto.

19 Demonstração da evolução do valor da cota e da rentabilidade - não auditado

Data	Valor da Cota	Patrimônio Líquido (Média Mensal)	Rentabilidade - %			
			Fundo		Índice de Mercado - CDI/CETIP	
			Mensal	Acumulada	Mensal	Acumulada
30/12/2022	2,877836	-	-	-	-	-
31/01/2023	2,908873	65.118	1,08	1,08	1,12	1,12
28/02/2023	2,933491	65.187	0,85	1,93	0,92	2,05
31/03/2023	2,967307	65.061	1,15	3,11	1,17	3,25
28/04/2023	2,992914	65.089	0,86	4,00	0,92	4,20
31/05/2023	3,028599	64.911	1,19	5,24	1,12	5,37
30/06/2023	3,063300	64.983	1,15	6,44	1,07	6,50
31/07/2023	3,096064	65.046	1,07	7,58	1,07	7,64
31/08/2023	3,131861	65.081	1,16	8,83	1,14	8,87
29/09/2023	3,163029	65.082	1,00	9,91	0,97	9,93
31/10/2023	3,193443	65.215	0,96	10,97	1,00	11,02
30/11/2023	3,222473	65.324	0,91	11,98	0,92	12,04
29/12/2023	3,251013	65.473	0,89	12,97	0,90	13,05

20 Alteração Estatutária
Conforme Ata da Consulta Formal datado de 30 de março de 2023, foi deliberado o seguinte assunto:
(i). Alteração do Capítulo XI – DA ASSEMBLEIA GERAL: Inclusão da possibilidade de assembleia por meio eletrônico, adicionando o trecho "As Assembleias Gerais poderão ocorrer em ambiente virtual, sempre possibilitando a participação da totalidade dos cotistas do FUNDO, assim como o exercício do direito de voto de cada cotista." no regulamento.
O novo regulamento passa a viger a partir de 28 de abril de 2023.

21 Outros Assuntos
A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) publicou a Resolução CVM 175 em 23 de dezembro de 2022, que dispõe sobre a constituição, o funcionamento e a divulgação de informações dos fundos de investimento, bem como sobre a prestação de serviços para os fundos, em substituição à Instrução CVM 555. As alterações introduzidas pela nova resolução entraram em vigor a partir de 2 de outubro de 2023, tendo os fundos em funcionamento adaptação até 31 de dezembro de 2024. Atualmente, o Fundo encontra-se em processo de adaptação. Não são esperados impactos no patrimônio do Fundo decorrente desse processo.

22 Informações adicionais

Contador:
Eduardo Netto Sarubbi
CRC-RS 60.899/O-8

Diretor responsável:
Marcus Vinicius França Barboza

SICREDI FAPI RENDA FIXA
FUNDO DE APOSENTADORIA PROGRAMADA INDIVIDUAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

O Banco Cooperativo Sicredi S.A., administrador do SICREDI FAPI RENDA FIXA - FUNDO DE APOSENTADORIA PROGRAMADA INDIVIDUAL ("Fundo"), CNPJ 10.546.592/0001-03, convoca os cotistas para a Assembleia Geral Ordinária do Fundo, a realizar-se no dia 14 de março de 2024, com início às 08h00min e com encerramento no dia 28 de março de 2024 às 23h59min, através do site **www.sicredi.com.br/assembleiadefundos**.

Pautas de deliberação da Assembleia Geral Ordinária:
Demonstrações Contábeis, as Notas Explicativas e o Parecer dos Auditores Independentes relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2023.

Participar é simples e rápido, basta acessar o site **sicredi.com.br/assembleiadefundos**. Nele você terá informações adicionais para acesso, poderá visualizar os documentos sujeitos à deliberação e manifestar seu voto eletronicamente. Após o final da Assembleia, você poderá conferir o resultado da deliberação no site do administrador em **sicredi.com.br/site/mercado-financeiro/administracao-fundos/**.

Banco Cooperativo Sicredi S.A.
Administrador

SICREDI FAPI COMPOSTO
FUNDO DE APOSENTADORIA PROGRAMADA INDIVIDUAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

O Banco Cooperativo Sicredi S.A., administrador do SICREDI FAPI COMPOSTO - FUNDO DE APOSENTADORIA PROGRAMADA INDIVIDUAL ("Fundo"), CNPJ 03.564.825/0001-27, convoca os cotistas para a Assembleia Geral Ordinária do Fundo, a realizar-se no dia 14 de março de 2024, com início às 08h00min e com encerramento no dia 28 de março de 2024 às 23h59min, através do site **www.sicredi.com.br/assembleiadefundos**.

Pautas de deliberação da Assembleia Geral Ordinária:
Demonstrações Contábeis, as Notas Explicativas e o Parecer dos Auditores Independentes relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2023.

Participar é simples e rápido, basta acessar o site **sicredi.com.br/assembleiadefundos**. Nele você terá informações adicionais para acesso, poderá visualizar os documentos sujeitos à deliberação e manifestar seu voto eletronicamente. Após o final da Assembleia, você poderá conferir o resultado da deliberação no site do administrador em **sicredi.com.br/site/mercado-financeiro/administracao-fundos/**.

Banco Cooperativo Sicredi S.A.
Administrador

CERTIFICADA

O jornal Zero Hora confirma a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente em gzh.com.br/publicidadelegal

RBS ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S A:92821701000100

Assinado de forma digital por RBS ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S A:92821701000100
Dados: 2024.02.27 17:45:21 -03'00'

GBOEX GRÊMIO BENEFICENTE

CARTA PATENTE 056
CNPJ 92.872.100/0001-26

RUA SETE DE SETEMBRO, 604
PORTO ALEGRE/RS

RELATÓRIO DA DIRETORIA EXECUTIVA 2023

Considerações Gerais.

O ano de 2023 foi marcado pelos efeitos econômicos de retomada pós-pandemia, pelas guerras na Ucrânia e na Faixa de Gaza e, especialmente, por pautas ambientais relacionadas às mudanças climáticas. As questões ambientais e o tema *ESG* (*Enviroment, Social, Governance*) que engloba políticas de meio-ambiente, responsabilidade social e governança assumiram protagonismo nos meios corporativo e governamental. Os efeitos climáticos adversos vêm provocando catástrofes de proporções consideráveis, impactando consideravelmente o segmento de seguros, entre tantos outros.

No Brasil, o COPOM reduziu, gradativamente, a Taxa SELIC, a partir do segundo semestre de 2023, quando partiu dos 13,75% para chegar aos 11,75%, em dezembro. Essa queda de dois pontos percentuais sinaliza uma tendência ainda maior de declínio da SELIC, contribuindo para o aumento do crédito e do consumo. A inflação parece estar contida, com números apontando para o centro da meta.

No setor de Seguros e Previdência, segundo a Síntese Mensal da SUSEP – novembro de 2023, as contribuições de Previdência Tradicional, onde o GBOEX está inserido, apresentaram aumento de 5,8% no acumulado, em relação ao ano anterior.

Destaques do Ano de 2023

O GBOEX comemorou, no mês de maio, 110 anos de existência, fiel aos seus valores - Tradição, Solidez e Segurança - e à trajetória de entidade centenária, criada para amparar a família de seus associados. Esta trajetória foi enaltecida na Sede, nas Unidades de Negócios e, também, na mídia e nas redes sociais, reunindo colaboradores, associados e parceiros.

Com foco em *ESG*, a Entidade participa de diversos projetos sociais e ambientais, envolvendo seus públicos em campanhas participativas e outras de conscientização de hábitos e práticas saudáveis. No Rio Grande do Sul, mantém seu apoio a algumas entidades: o Banco de Alimentos; o Programa de Auxílio Comunitário ao Toxicômano (Pacto); a Liga da Defesa Nacional do RS e o Centro Gaúcho de Equoterapia. Outros projetos sociais são mantidos em diferentes regiões do Brasil por intermédio de ações das suas filiais junto a instituições locais.

No campo ambiental, alinhando iniciativas para a preservação do meio ambiente, o GBOEX implementou o consumo de energia elétrica renovável nas instalações do edifício-sede, em Porto Alegre. Ao ingressar no Mercado Livre de Energia, demonstrou seu compromisso sólido com o amanhã. Com esse plano, passou a consumir energia limpa, proveniente de usinas eólicas, solares, de biomassa e de pequenas centrais hidrelétricas. Um novo passo para colaborar para a redução da emissão de gases de efeito estufa e reforçar o compromisso com uma matriz energética mais sustentável.

Ao longo do último ano, o GBOEX recebeu diversas premiações e reconhecimentos. Entre eles, duas categorias do Troféu Gaivota de Ouro 2023, da revista Seguro Total: o "Mérito – 110 anos cuidando do futuro das pessoas" e o "Destaque de Entidade Aberta de Previdência Complementar Sem Fins Lucrativos no Segmento (EAPC)". Também foi classificado, em primeiro lugar, no setor de Serviços Financeiros - Entidades Abertas de Previdência Privada do prêmio Estadão Empresas Mais. Na 21ª edição do Troféu JRS, foi uma das empresas a receber a distinção na categoria "Destaque em Longevidade Empresarial". A entidade conquistou o Prêmio Segurador Brasil, além de figurar entre as cinco marcas mais lembradas na categoria "Previdência Privada" do "Marcas de Quem Decide", do Jornal do Comércio. Com viés voltado para as relações de consumo, foi agraciado com a premiação Top Consumidor - Marcas de Respeito - Ano 12, organizada pelo Instituto do Consumidor Geração X, pelo Portal Academia do Consumidor e pela Revista Consumidor.

Cabe destacar que o GBOEX prossegue realizando acompanhamento sistemático das atividades de sua controlada Confiança Companhia de Seguros, em Liquidação Extrajudicial. Esse acompanhamento, por meio de atuação de escritório jurídico especializado, visa a proporcionar ciência oportuna das atividades de liquidação extrajudicial, de modo a mitigar riscos decorrentes e causar o menor impacto possível ao GBOEX.

Desempenho Econômico-Financeiro

O GBOEX vem arrecadando contribuições e pagando benefícios com absoluta regularidade. Em 2023, foram pagos mais de R$ 217 milhões em benefícios, média de R$ 18 milhões/mês. Em função de sua capacidade de vinculação de Ativos Garantidores e de sua solvência, a Entidade permanece atendendo integralmente os requerimentos de Capital previstos pelo órgão regulador.

Os Sinistros Retidos se mostraram 17% inferiores a 2022, ou uma significativa diferença de R$ 44 milhões a menor. Isso parece ser efeito de uma regressão à média, pós-pandemia, ou seja, uma forma de compensação dos óbitos que ocorreram antecipadamente em 2020 e 2021. Esse fenômeno refletiu favoravelmente no Resultado da Entidade.

A Taxa Selic sofreu redução gradativa no decorrer do segundo semestre, afetando a remuneração dos Ativos financeiros indexados. Mesmo assim, o Resultado Financeiro foi expressivo, da ordem de R$ 26 milhões, fruto da alocação de recursos que consistiram em estratégia de *hedge,* minimizando os efeitos da queda da Selic.

A receita de Planos acumulada, em 2023, foi de R$ 341,8 milhões, representando diminuição de 2% em relação ao mesmo período de 2022. Considerando que o Passivo Total do GBOEX é de cerca de R$ 92 milhões, torna-se relevante constatar que esse Passivo representa somente 33% do Ativo das aplicações financeiras, caracterizando, desse modo, o ótimo nível de liquidez da Entidade.

Atendendo às Normas estabelecidas pela SUSEP, o GBOEX declara possuir capacidade financeira para honrar seus compromissos, atuais e futuros, e a sua intenção de manter, até as datas de vencimentos, todos os seus títulos classificados na categoria de "Títulos Mantidos até o Vencimento", disponibilizados em provisões técnicas sob o controle e fiscalização da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Visão Estratégica

O GBOEX segue firme em seu propósito de oferecer proteção e segurança aos seus associados e beneficiários. O permanente acompanhamento da evolução tecnológica, das exigentes relações de consumo, das questões regulatórias e do aperfeiçoamento de seu mix de produtos fará com que o GBOEX se mantenha fiel aos seus valores: Tradição, Solidez e Segurança. Persegue a excelência no atendimento a clientes, parceiros, e fornecedores por meio de processos de melhoria contínua, investimentos em tecnologia e em treinamento e desenvolvimento de seus colaboradores.

O ano de 2023 foi repleto de desafios. Nossos agradecimentos aos colaboradores, qualificados, comprometidos e dedicados, que tornaram possível o funcionamento eficaz da Entidade. Aos corretores e parceiros, que enfrentaram os desafios e prosseguiram firmes com o GBOEX. Aos associados, razão de ser da Entidade, que continuaram irmanados nos valores centenários do GBOEX.

A todos, nosso muito obrigado! **A DIRETORIA**

BALANÇO PATRIMONIAL - DEZEMBRO DE 2023 E DEZEMBRO DE 2022

ATIVO

	NE	DEZ/23	DEZ/22
ATIVO CIRCULANTE	2	**202.131.951,30**	**168.817.319,78**
DISPONÍVEL		5.379.578,63	1.869.879,46
CAIXAS E BANCOS		5.379.578,63	1.869.879,46
APLICAÇÕES	2A	175.644.182,64	144.674.707,85
CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR	2B	19.591.828,19	20.889.839,57
VALORES A RECEBER		24.351.397,37	25.462.468,74
(-) REDUÇÃO VALOR RECUP. PREVIDÊNCIA		-4.759.569,18	-4.572.629,17
TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER	2C	1.241.754,07	1.145.766,88
CRÉDITOS A RECEBER		818.850,28	898.332,24
ADIANTAMENTO A FUNCIONÁRIOS		211.050,90	33.781,61
ASSISTÊNCIA FINANC. A PARTICIPANTES (AFP)		565.408,66	611.844,36
(-) REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL AFP		-355.075,77	-399.191,33
OUTROS CRÉDITOS		1.520,00	1.000,00
OUTROS VALORES E BENS	2D	21.141,98	44.207,62
OUTROS VALORES		21.141,98	44.207,62
EMPRÉSTIMOS E DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS	2E	27.766,23	26.940,00
EMPRÉSTIMOS E DEP. COMPULSÓRIOS		27.766,23	26.940,00
DESPESAS ANTECIPADAS		225.699,56	165.978,40
DESPESAS ANTEC. NÃO RELAC. RESSEG		225.699,56	165.978,40
ATIVO NÃO CIRCULANTE	3	**119.187.284,39**	**88.915.861,08**
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	3A	116.534.538,28	85.571.876,92
APLICAÇÕES	3A1	107.070.259,13	76.783.052,68
TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER	3A2	9.464.279,15	8.788.824,24
CRÉDITOS A RECEBER		54.389.408,97	49.761.508,17
(-) REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL		-54.389.408,97	-49.761.508,17
DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS		9.256.698,50	8.647.469,31
ASSISTÊNCIA FINANC. A PARTICIPANTES		207.580,65	141.354,93
INVESTIMENTOS	3B	1.237.351,58	1.922.213,60
PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS		11.029.587,08	11.029.587,08
(-) REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL		-11.029.587,08	-11.029.587,08
IMÓVEIS DESTINADOS A RENDA		6.433.361,79	8.481.319,41
(-) DEPRECIAÇÃO		-5.196.010,21	-6.559.105,81
IMOBILIZADO	3C	1.415.394,53	1.421.770,56
IMÓVEIS DE USO PRÓPRIO		11.603.824,69	11.916.124,69
BENS MÓVEIS		4.251.490,31	3.941.245,39
(-) DEPRECIAÇÃO		-14.439.920,47	-14.435.599,52
TOTAL DO ATIVO		**321.319.235,69**	**257.733.180,86**

PASSIVO

	NE	DEZ/23	DEZ/22
PASSIVO CIRCULANTE	4	**69.974.421,78**	**80.162.842,83**
CONTAS A PAGAR	4A	9.846.238,14	9.589.001,63
OBRIGAÇÕES A PAGAR	4A1	4.372.316,34	5.518.121,61
IMPOSTOS E ENC. SOCIAIS a RECOLHER	4A2	2.432.256,45	1.339.646,80
ENCARGOS TRABALHISTAS	4A3	2.156.623,21	2.002.432,36
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES	4A4	885.042,14	728.800,86
DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM PREVIDÊNCIA	4B	9.076,53	3.483,96
DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM PREVIDÊNCIA		9.076,53	3.483,96
DEPÓSITOS DE TERCEIROS	4C	5.873.283,76	11.060.010,84
DEPÓSITOS DE TERCEIROS		5.873.283,76	11.060.010,84
PROVISÕES TÉCNICAS - PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR	4D	54.245.823,35	59.510.346,40
PLANOS NÃO BLOQUEADOS		54.245.823,35	59.510.346,40
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	5	**21.828.405,58**	**20.880.882,50**
PROVISÕES TÉCNICAS PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR	5A	8.965.995,27	8.091.157,84
PROVISÕES TÉCNICAS - PLANOS NÃO BLOQUEADOS		8.965.995,27	8.091.157,84
PROVISÃO MAT. BENEF. A CONCEDER		8.965.995,27	8.091.157,84
OUTROS DÉBITOS	5B	12.862.410,31	12.789.724,66
PROVISÕES JUDICIAIS		12.862.410,31	12.789.724,66
PATRIMÔNIO SOCIAL DE ENTID. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR S/FINS LUCRATIVOS		**229.516.408,33**	**156.689.455,53**
RESERVAS DE RET. E SUPERÁVITS		62.287.286,68	55.757.398,24
SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS		167.229.121,65	100.932.057,29
TOTAL DO PASSIVO		**321.319.235,69**	**257.733.180,86**

MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - DEZEMBRO DE 2023 E DEZEMBRO DE 2022

DEZ/2022

Histórico	Patrimônio Social	Reservas de		Ajuste TVM	Superávits/Déficit Acumulados	Total
		Reavaliação	Retenção de Superávits			
SALDOS ANTERIORES 31.12.2021	**0,00**	**0,00**	**47.921.724,59**	**0,00**	**86.381.402,46**	**134.303.127,05**
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-	-	-
AUMENTO/REDUÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE REAVALIAÇÃO	-	-	-	-	-	-
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	-	-	-	-	-	-
SUPERÁVIT/DÉFICIT DO PERÍODO	-	-	-	-	22.386.328,48	22.386.328,48
PROP. PARA DESTINAÇÃO DO SUPERÁVIT	-	-	7.835.673,65	-	-7.835.673,65	-
RESERVAS P/CONTINGÊNCIAS DE BENEFÍCIOS	-	-	7.835.673,65	-	-7.835.673,65	-
SALDOS FINAIS - 31.12.2022	**0,00**	**0,00**	**55.757.398,24**	**0,00**	**100.932.057,29**	**156.689.455,53**

DEZ/2023

Histórico	Patrimônio Social	Reservas de		Ajuste TVM	Superávits/Déficit Acumulados	Total
		Reavaliação	Retenção de Superávits			
SALDOS ANTERIORES 31.12.2022	**0,00**	**0,00**	**55.757.398,24**	**0,00**	**100.932.057,29**	**156.689.455,53**
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-	2.317.532,01	2.317.532,01
AUMENTO/REDUÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE REAVALIAÇÃO	-	-	-	-	-	-
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	-	-	-	-	-	-
SUPERÁVIT/DÉFICIT DO PERÍODO	-	-	-	-	70.509.420,79	70.509.420,79
PROP. PARA DESTINAÇÃO DO SUPERÁVIT	-	-	6.529.888,44	-	-6.529.888,44	-
RESERVAS P/CONTINGÊNCIAS DE BENEFÍCIOS	-	-	6.529.888,44	-	-6.529.888,44	-
SALDOS FINAIS - 31.12.2023	**0,00**	**0,00**	**62.287.286,68**	**0,00**	**167.229.121,65**	**229.516.408,33**

No exercício de 2023 foi constituída a Reserva para Contingência de Benefícios com base mínima de 50% do resultado do exercício, até o limite máximo de 25% do somatório dos valores das seguintes Provisões Técnicas: IBNR, PMBaC, PMBC e PCC, totalizando R$ 6.529.888,44.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO DEZEMBRO DE 2023 E DEZEMBRO DE 2022

	NE	DEZ/23	DEZ/22
RESULTADO EXERCÍCIO	6		
RENDAS DE CONTRIBUIÇÕES E PRÊMIOS		71.578,78	76.756,93
(-) CONSTIT. DA PROV. BENEF. A CONCEDER		-874.861,43	-715.246,89
(=) RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		**-803.282,65**	**-638.489,96**
(-) VARIAÇÃO DE OUTRAS PROVISÕES		-2.155.293,43	-701.812,92
BENEFÍCIOS RETIDOS		-175.058,06	-208.675,63
(-) CUSTO DE AQUISIÇÃO		-2.209.353,68	-2.214.768,44
OUTRAS RECEITAS E DESP. OPERACIONAIS	6A	2.289.190,25	-1.130.758,81
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS		13.820.813,17	15.178.108,91
OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS		-11.531.622,92	-16.308.867,72
(+) CONTRIBUIÇÕES P/COBERTURA DE RISCOS		341.846.168,28	348.203.819,86
PLANOS DE PECÚLIO - REPARTIÇÃO SIMPLES		335.826.961,66	343.399.793,93
PLANOS DE PECÚLIO - CAPITALIZAÇÃO		6.019.206,62	4.804.025,93
(-) VARIAÇÃO DAS PROV. TECN. DE PRÊMIOS		-429.782,01	-379.345,81
(=) PRÊMIOS GANHOS		**338.362.588,70**	**342.929.968,29**
SINISTROS RETIDOS	6B	-215.791.656,12	-259.531.643,29
(-) CUSTO DE AQUISIÇÃO		-20.367.539,51	-19.487.613,99
(-) DESPESAS ADMINISTRATIVAS	6C	-54.470.240,92	-52.682.953,36
(-) DESPESAS DE TRIBUTOS	6D	-7.905.376,93	-5.820.186,72
(+) RESULTADO FINANCEIRO	6E	26.187.804,66	22.636.699,07
(+) RESULTADO PATRIMONIAL	6F	-2.749.032,62	-7.163.641,19
(=) RESULTADO OPERACIONAL		**63.266.547,26**	**20.880.628,81**
(+) GANHOS OU PERDAS C/ ATIVOS NÃO CORRENTES		7.242.873,53	1.505.699,67
(=) LUCRO LÍQUIDO/PREJUÍZO		**70.509.420,79**	**22.386.328,48**

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DIRETO DEZEMBRO DE 2023 E DEZEMBRO DE 2022

ATIVIDADES OPERACIONAIS	NE	DEZ/23	DEZ/22
Recebimentos de prêmios de seguro, contribuições de previdência		338.047.679,36	340.226.379,24
Recuperações de sinistros e comissões		-	-
Outros Recebimentos Operacionais (Salvados, Ressarcimentos e outros)		36.906.962,23	46.931.531,32
Pagamentos de sinistros, benefícios, resgates e comissões		-239.888.797,23	-282.683.592,70
Repasses de prêmios por cessão de riscos		-	-
Pagamentos de despesas com operações de seguros e resseguros		-	-
Pagamentos de despesas e obrigações		-79.194.585,32	-75.026.612,23
Pagamento de indenizações e despesas em processos judiciais		-	-
Outros pagamentos operacionais		-	-
Recebimentos de Juros e Dividendos		-	-
Constituição de Depósitos Judiciais		-9.984.424,97	-13.872.346,00
Resgates de Depósitos Judiciais		1.560.879,33	3.052.557,80
Pagamentos de Participações nos Resultados		-	-
Caixa Gerado/(Consumido) pelas Operações		**47.447.713,40**	**18.627.917,43**
Impostos e Contribuições Pagos:		-20.884.259,37	-17.836.943,68
Juros Pagos		-125.932,88	-
Investimentos financeiros:		**-22.632.960,51**	**-234.986,61**
Aplicações		-89.601.805,34	-60.686.477,30
Vendas e resgates		66.968.844,83	60.451.490,69
Caixa Líq. Ger./(Consumido) nas Ativ. Operacionais	7	**3.804.560,64**	**555.987,14**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Pagamento pela Compra de Ativo Permanente:		**-294.861,47**	**-154.406,16**
Investimentos		-	-
Imobilizado		-294.861,47	-154.406,16
Intangível		-	-
Diferido		-	-
Recebimento pela Venda de Ativo Permanente:		-	-
Investimentos		-	-
Imobilizado		-	-
Intangível		-	-
Caixa Líq. Ger./(Consumido) nas Ativ. de Investimento		**-294.861,47**	**-154.406,16**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Aumento de Capital		-	-
Distribuição de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio		-	-
Aquisição das próprias ações		-	-
Aquisição de Empréstimos		-	-
Pagamento de Empréstimos (exceto juros)		-	-
Outros		-	-
Caixa Líquido Ger./(Consumido) nas Ativ. de Financ.		**-**	**-**
Aumento/(Red.) Líquido(a) de Cx. e Equiv. de Caixa		**3.509.699,17**	**401.680,98**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período		**1.869.879,46**	**1.468.298,48**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período		**5.379.578,63**	**1.869.979,46**

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE PREVIDÊNCIA PRIVADA - DEZEMBRO DE 2023 E DEZEMBRO DE 2022

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE	DEZ/23	DEZ/22
RESULTADO DO PERÍODO	70.509.420,79	22.386.328,48
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL	70.509.420,79	22.386.328,48

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

NOTA 1 - Contexto Operacional, Apresentação das Demonstrações Financeiras e Principais Práticas Contábeis.

O GBOEX - Grêmio Beneficente é uma Entidade Aberta de Previdência Complementar que atua no mercado de planos previdenciários em todo o território nacional. Suas atividades são reguladas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

As Demonstrações Financeiras de 31/12/2023 (Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Mutações do Patrimônio Líquido, Fluxo de Caixa Direto e Demonstração do Resultado Abrangente) foram elaboradas por normas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP): Circular SUSEP 648 de 12 novembro de 2021, alterada pela Circular SUSEP 678 de 10 de outubro de 2022.

As despesas e receitas são contabilizadas pelo regime de competência, exceto para os produtos de acumulação financeira, que são contabilizados pelo regime de caixa, conforme instruções emanadas pela SUSEP – Superintendência de Seguros Privados.

Nas demonstrações financeiras foram usados todos os pronunciamentos aprovados pelo CPC e referendados pela SUSEP.

A administração do GBOEX revisa o valor contábil dos ativos de vida longa, com o objetivo de determinar e avaliar sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado. A avaliação dos modelos de risco contempla, entre outros, os seguintes aspectos: fundamentos teóricos, metodologias e premissas, adequação dos testes realizados, compatibilidade dos cálculos gerados pelo sistema de risco, integridade, abrangência e adequação da documentação. A empresa está comprometida com as análises dos contratos e de riscos, emissão de diretrizes sobre os limites de riscos, manuais técnicos e normas do CNSP e SUSEP, como o acompanhamento das aplicações financeiras baseadas em critérios pré-estabelecidos pela administração e com acompanhamento mensal.

As Demonstrações Financeiras foram aprovadas pelo Conselho Deliberativo em 27 de fevereiro de 2024.

Continua »»»

RBS ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S A:92821701000100
Assinado de forma digital por RBS ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S A:92821701000100
Dados: 2024.02.27 17:45:42 -03'00'

GBOEX GRÊMIO BENEFICENTE

CARTA PATENTE 056
CNPJ 92.872.100/0001-26

RUA SETE DE SETEMBRO, 604
PORTO ALEGRE/RS

Continuação »»»

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

NOTA 2 – Ativo Circulante: É composto de Disponível, Aplicações, Créditos das Operações com Previdência Complementar, Títulos e Créditos a Receber, Outros Valores e Bens, Empréstimos e Depósitos Compulsórios e Despesas Antecipadas.
2A – Aplicações: Compostas por Títulos de Renda Fixa Privados e Públicos, Cotas de Fundos de Investimentos e outras aplicações. Os Títulos de Renda Fixa estão classificados na categoria Mantidos até o Vencimento.

Movimentações das Aplicações Financeiras - 2022

		31/12/2021	APLICAÇÕES	RESGATES	TRANSFERÊNCIAS LP para CP	ATUALIZAÇÃO	31/12/2022
C P	*Renda Fixa Privados*	6.263.626,12	-	6.317.084,60	6.107.056,40	704.263,12	6.757.861,04
	Renda Fixa Públicos	19.539.759,43	8.146.502,83	19.841.968,77	40.579.422,68	3.401.364,65	51.825.080,82
	Cota Fundo de Investimento Especialmente Constituído - PGBL	7.375.602,89	74.111,64	208.675,63	-	849.810,94	8.090.849,84
	Cotas de Fundos de Investimentos	82.594.100,74	23.895.000,00	37.193.355,61	-	8.683.123,28	77.978.868,41
	Outros	21.227,44	-	-	-	820,30	22.047,74
TOTAL CURTO PRAZO		**115.794.316,62**	**32.115.614,47**	**63.561.084,61**	**46.686.479,08**	**13.639.382,29**	**144.674.707,85**

Movimentações das Aplicações Financeiras - 2023

		31/12/2022	APLICAÇÕES	RESGATES	TRANSFERÊNCIAS LP para CP	ATUALIZAÇÃO	31/12/2023
C P	*Renda Fixa Privados*	6.757.861,04	-	7.143.127,20	12.862.504,48	1.389.812,55	13.867.050,87
	Renda Fixa Públicos	51.825.080,82	1.304.224,31	53.890.351,23	32.658.381,21	2.312.678,24	34.210.013,35
	Cota Fundo de Investimento Especialmente Constituído - PGBL	8.090.849,84	69.324,26	175.058,06	-	980.595,23	8.965.711,27
	Cotas de Fundos de Investimentos	77.978.868,41	33.952.000,00	4.024.605,95	-	10.672.199,61	118.578.462,07
	Outros	22.047,74	-	-	-	897,34	22.945,08
TOTAL CURTO PRAZO		**144.674.707,85**	**35.325.548,57**	**65.233.142,44**	**45.520.885,69**	**15.356.182,97**	**175.644.182,64**

2B – Créditos das Operações com Previdência Complementar: São constituídos pelos Valores a Receber de Previdência, no regime de contabilização por competência, das Receitas de Planos de Previdência.

DEZ/2023

ANO	MÊS	VALOR A REC.	RED.VALOR REC.
2018		0,00	0,00
2019		373.976,06	373.976,06
2020		435.798,86	435.798,86
2021		874.609,93	874.609,93
2022		1.508.691,45	1.508.691,45
2023	JAN	116.656,08	116.656,08
	FEV	116.040,19	116.040,19
	MAR	113.098,91	113.098,91
	ABR	114.671,81	114.671,81
	MAI	110.679,47	110.679,47
	JUN	125.065,13	125.065,13
	JUL	117.798,97	117.798,97
	AGO	157.740,19	157.740,19
	SET	220.695,50	220.695,50
	OUT	374.046,63	374.046,63
	NOV	729.389,82	-
	DEZ	18.862.438,37	-
TOTAIS		**24.351.397,37**	**4.759.569,18**

DEZ/2022

ANO	MÊS	VALOR A REC.	RED.VALOR REC.
2017		0,00	0,00
2018		383.902,73	383.902,73
2019		464.774,68	464.774,68
2020		543.452,57	543.452,57
2021		1.137.705,32	1.137.705,32
2022	JAN	139.771,46	139.771,46
	FEV	111.103,97	111.103,97
	MAR	120.575,12	120.575,12
	ABR	120.349,55	120.349,55
	MAI	128.954,76	128.954,76
	JUN	130.186,85	130.186,85
	JUL	164.953,85	164.953,85
	AGO	279.308,60	279.308,60
	SET	328.330,33	328.330,33
	OUT	519.259,38	519.259,38
	NOV	933.475,88	-
	DEZ	19.956.363,69	-
TOTAIS		**25.462.468,74**	**4.572.629,17**

2C – Títulos e Créditos a Receber: São constituídos por Créditos a Receber, Adiantamento a Funcionários, Assistência Financeira a Participantes - curto prazo e Outros Créditos. A Redução ao Valor Recuperável está sendo considerada no saldo dos grupos.

	DEZ/23	DEZ/22
CRÉDITOS A RECEBER	**818.850,28**	**898.332,24**
ALUGUÉIS A RECEBER	783.596,56	808.197,77
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER	10.568.183,55	10.613.580,48
(-) REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL ALUGUÉIS A CARGO DO INQUILINO	-866.952,78	-857.468,96
(-) REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL BVA	-9.665.977,05	-9.665.977,05
ADIANTAMENTO A FUNCIONÁRIOS	**211.050,90**	**33.781,61**
FÉRIAS / 13º SALÁRIO	211.050,90	33.781,61
ASSISTÊNCIA FINANCEIRA A PARTICIPANTES	**210.332,89**	**212.653,03**
ASSISTÊNCIA FINANCEIRA A PARTICIPANTES	565.408,66	611.844,36
(-) REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL	-355.075,77	-399.191,33
OUTROS CRÉDITOS	**1.520,00**	**1.000,00**
ADIANTAMENTO ADMINISTRATIVO	1.520,00	1.000,00
TOTAL	**1.241.754,07**	**1.145.766,88**

2D – Outros Valores e Bens: Os valores se referem aos saldos das Unidades de Negócios do GBOEX – Grêmio Beneficente em todo o Brasil, para atender despesas de localização e funcionamento.
2E – Empréstimos e Depósitos Compulsórios: Este grupo refere-se aos Depósitos de Caução de Aluguéis das Unidades de Negócios.

NOTA 3 – Ativo Não Circulante: É composto do Realizável a Longo Prazo, Investimentos e Imobilizado. **3A – Realizável a Longo Prazo:** É formado pelos subtítulos Aplicações e Títulos e Créditos a Receber. **3A1 – Aplicações:** Compostas por Títulos de Renda Fixa - Privados e Públicos e outras aplicações. Os Títulos de Renda Fixa estão classificados na categoria Mantidos até o Vencimento.

Movimentações das Aplicações Financeiras - Ano 2022

		31/12/2021	APLICAÇÕES	RESGATES	TRANSFERÊNCIAS LP para CP	ATUALIZAÇÃO	31/12/2022
L P	*Renda Fixa Privados*	5.875.133,37	13.621.500,00	-	6.107.056,40	1.238.375,64	14.627.952,61
	Renda Fixa Públicos	71.070.312,99	25.185.872,71	-	40.579.422,68	3.858.378,63	59.535.141,65
	Outros	2.471.202,23	-	-	-	148.756,19	2.619.958,42
TOTAL LONGO PRAZO		**79.416.648,59**	**38.807.372,71**	**-**	**46.686.479,08**	**5.245.510,46**	**76.783.052,68**

Movimentações das Aplicações Financeiras - Ano 2023

		31/12/2022	APLICAÇÕES	RESGATES	TRANSFERÊNCIAS LP para CP	ATUALIZAÇÃO	31/12/2023
L P	*Renda Fixa Privados*	14.627.952,61	2.950.000,00	-	12.862.504,48	995.462,87	5.710.911,00
	Renda Fixa Públicos	59.535.141,65	63.757.484,00	-	32.658.381,21	8.199.977,98	98.834.222,42
	Outros	2.619.958,42	-	-	-	-94.832,71	2.525.125,71
TOTAL LONGO PRAZO		**76.783.052,68**	**66.707.484,00**	**-**	**45.520.885,69**	**9.100.608,14**	**107.070.259,13**

3A2 – Títulos e Créditos a Receber

Créditos a Receber	DEZ/23	DEZ/22
DEVEDORES DIVERSOS	**0,00**	**0,00**
CRÉDITOS DA CREFISUL	604.113,83	604.113,83
(-) REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL	-604.113,83	-604.113,83
CRÉDITOS CONFIANÇA CIA DE SEGUROS EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL	**0,00**	**0,00**
CRÉDITOS DA CONFIANÇA	34.381.656,13	29.929.719,38
CONFIANÇA CRÉDITOS HABILITADOS	19.403.639,01	19.227.674,96
(-) REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL	-53.785.295,14	-49.157.394,34
TOTAL	**0,00**	**0,00**

Os créditos da Confiança Cia de Seguros em Liquidação Extrajudicial se referem à habilitação de créditos do GBOEX junto à Massa Liquidanda, provenientes de pagamentos realizados pelo GBOEX em nome da Confiança, por força de ações judiciais.

Depósitos Judiciais e Fiscais	DEZ/23	DEZ/22
PROCESSOS DE PLANOS DE PECÚLIO	4.054.187,90	3.860.393,03
PROCESSOS TRABALHISTAS	150.763,59	116.657,77
PROCESSOS DE DEPÓSITOS CÍVEIS	5.049.785,25	4.668.456,75
PROCESSOS DE OUTROS DEPÓSITOS	1.961,76	1.961,76
TOTAL	**9.256.698,50**	**8.647.469,31**

ASSISTÊNCIA FINANCEIRA A PARTICIPANTES	DEZ/23	DEZ/22
ASSISTÊNCIA FINANCEIRA A PARTICIPANTES	207.580,65	141.354,93
TOTAL	**207.580,65**	**141.354,93**

NOTA 3B – Investimentos: Nos períodos apresentados, as modificações de valores ocorridas em dez/23 e dez/22 são referentes à baixa por venda dos Imóveis e à depreciação dos Imóveis de Renda, conforme as normas contábeis. Atendendo a Portaria SUSEP nº 6119, de 18 de dezembro de 2014, que decretou a Liquidação Extrajudicial da Confiança Cia. de Seguros, em 2014 foi realizada a baixa total deste ativo no grupo Investimento.
3C – Imobilizado: Nos períodos apresentados, as modificações de valores ocorridas em dez/23 e dez/22 são referentes à depreciação dos imóveis de uso, aquisições e baixas, conforme as normas contábeis.

MOVIMENTAÇÃO DO IMOBILIZADO	SALDO 31/12/2021	AQUISIÇÕES	BAIXAS	DEPRECIAÇÃO	SALDO 31/12/2022
IMÓVEIS DE USO PRÓPRIO	487.191,66	-	-	-	**487.191,66**
EQUIPAMENTOS	816.764,83	108.208,02	-115.646,96	-127.518,77	**681.807,12**
MÓVEIS MÁQUINAS UTENSÍLIOS	247.421,15	47.594,95	-22.268,32	-23.709,45	**249.038,33**
VEÍCULOS	6.533,41	0,00	0,00	-2.799,96	**3.733,45**
TOTAL	**1.557.911,05**	**155.802,97**	**-137.915,28**	**-154.028,18**	**1.421.770,56**

MOVIMENTAÇÃO DO IMOBILIZADO	SALDO 31/12/2022	AQUISIÇÕES	BAIXAS	DEPRECIAÇÃO	SALDO 31/12/2023
IMÓVEIS DE USO PRÓPRIO	487.191,66	0,00	-312.300,00	260.780,00	**435.671,66**
EQUIPAMENTOS	681.807,12	210.126,29	-22.915,15	-211.458,30	**657.559,96**
MÓVEIS MÁQUINAS UTENSÍLIOS	249.038,33	124.925,86	-1.892,08	-50.842,69	**321.229,42**
VEÍCULOS	3.733,45	0,00	0,00	-2.799,96	**933,49**
TOTAL	**1.421.770,56**	**335.052,15**	**-337.107,23**	**-4.320,95**	**1.415.394,53**

NOTA 4 – Passivo Circulante: Composto pelos subgrupos Contas a Pagar, Débitos de Operações com Previdência, Depósitos de Terceiros e Provisões Técnicas a curto prazo. **4A – Contas a Pagar:** Composto por Obrigações a Pagar, Impostos e Encargos Sociais a Recolher, Encargos Trabalhistas, Impostos e Contribuições. **4A1 – Obrigações a Pagar:** Composto por todos os compromissos da Entidade a curto prazo com vencimento até o final do exercício seguinte. **4A2 – Impostos e Encargos Sociais a Recolher:** Formado por Imposto de Renda (IR) de Funcionários e de Terceiros, Contribuições para a Previdência Social, Contribuição para o FGTS e a Provisão de IR sobre operações financeiras.

	DEZ/23	DEZ/22
IR FUNCIONÁRIOS	487.821,74	430.272,90
IR TERCEIROS	38.600,24	34.915,69
CONTRIBUIÇÃO PREVIDÊNCIA SOCIAL	725.250,06	675.295,35
CONTRIBUIÇÃO FGTS	216.620,84	199.162,86
PROVISÃO IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES FINANCEIRAS	963.963,57	0,00
TOTAL	**2.432.256,45**	**1.339.646,80**

4A3 – Encargos Trabalhistas: Composto por provisões de décimo terceiro salário e férias dos funcionários.

	DEZ/23	DEZ/22
PROVISÃO DE 13º SALÁRIO	-	-
PROVISÃO DE FÉRIAS	2.156.623,21	2.002.432,36
TOTAL	**2.156.623,21**	**2.002.432,36**

4A4 - Impostos e Contribuições: Composto por COFINS, PIS e Outros Impostos a Recolher.

	DEZ/23	DEZ/22
COFINS	735.948,05	601.289,00
PIS	119.591,56	97.709,46
OUTROS IMPOSTOS a RECOLHER	29.502,53	29.802,40
TOTAL	**885.042,14**	**728.800,86**

4B – Débitos de Operações com Previdência: Composto pelos valores de contribuições arrecadados pelo GBOEX como estipulante, que serão repassados aos parceiros de negócios.
4C – Depósito de Terceiros: Composto pelos valores de cobrança antecipada de mensalidade de pecúlio, valores a reclassificar e valores recebidos de imóveis à venda. Tais valores se referem, respectivamente, a mensalidades recebidas antecipadamente, receitas não identificadas e receitas auferidas em três leilões de imóveis, realizados em 29/11/2021, 21/11/2022 e 31/05/2023. Ressalta-se que os valores recebidos de imóveis se encontram em fluxo de transferência da documentação.

	DEZ/23	DEZ/22
COBRANÇA ANTECIPADA DE MENSALIDADE PECÚLIO	142.788,77	163.334,13
VALORES A RECLASSIFICAR	755.211,23	3.262.390,98
VALORES RECEBIDOS IMÓVEIS A VENDA	4.975.283,76	7.634.285,73
TOTAL	**5.873.283,76**	**11.060.010,84**

A variação relevante na conta de Valores a Reclassificar está descrita na Nota Explicativa número 13 – Ajustes de Exercícios Anteriores.

4D – Provisões Técnicas-Previdência Complementar – CIRCULANTE: São constituídas pelas Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder e Concedidos, Provisão de Sinistros a Liquidar Administrativa e Jurídica, Provisão de IBNR e Outras Provisões a Curto Prazo. As Provisões Técnicas foram constituídas em conformidade com os cálculos efetuados pela Equipe Atuarial, representada pelo atuário Sr. Carlos Henrique Radanovitsck, em dez/2023 no valor de R$ 54.245.823,35 e em dez/2022 no valor de R$ 59.510.346,40. Estão garantidas por Títulos de Renda Fixa e Cotas de Fundos de Investimentos. Está sendo constituída Provisão Complementar de Cobertura (PCC) no valor de R$ 6.235,63, tendo em vista a necessidade apurada no Teste de Adequação de Passivos.

As Provisões Técnicas constantes das tabelas seguintes possuem as siglas:
PMBaC – Provisão Matemática de Benefícios a Conceder
PMBC – Provisão Matemática de Benefícios Concedidos
PSL – Provisão de Sinistros a Liquidar
IBNR – Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados
Outras Provisões são compostas por:
PDR – Provisão de Despesas Relacionadas
PVR – Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar
PCC – Provisão Complementar de Cobertura

PROVISÕES TÉCNICAS CIRCULANTE 2023

PROVISÕES TÉCNICAS - DEZEMBRO - 2023

PROVISÕES	SALDO INICIAL	ATUALIZAÇÃO	CONSTITUIÇÃO	REVERSÃO	SALDO FINAL
PMBaC RESGATÁVEL	3.324.156,25	-	540.891,83	-111.109,82	**3.753.938,26**
PMBaC APOSENTADORIA	0,00	-	-	-	**0,00**
PSL ADM E JUD	30.962.086,08	752.514,95	217.570.076,90	-220.483.685,19	**28.800.992,74**
IBNR	19.913.092,92	-	835.721,99	-3.609.498,79	**17.139.316,12**
PMBC	8.336,94	-	454,86	-785,08	**8.006,72**
PROVISÕES					**49.702.253,84**

OUTRAS PROVISÕES	SALDO INICIAL	ATUALIZAÇÃO	CONSTITUIÇÃO	REVERSÃO	SALDO FINAL
PDR PMBaC RESGATÁVEL	12.404,00	-	8.500,00	-584,00	**20.320,00**
PVR	4.101.325,92	6.323,71	4.962.106,21	-5.545.972,26	**3.523.783,58**
PDR-PMBC	152,53	-	8,32	-14,36	**146,49**
PDR-PSL	965.392,76	-	122.762,71	-221.333,08	**866.822,39**
PDR-IBNR ADM E JUD	217.140,35	-	4.573,40	-95.452,33	**126.261,42**
PCC	6.258,65	-	392,82	-415,84	**6.235,63**
PDR - PMBaC	0,00	-	-	-	**0,00**
OUTRAS PROVISÕES					**4.543.569,51**

PROVISÕES TÉCNICAS CIRCULANTE - DEZEMBRO/2023	**54.245.823,35**

PROVISÕES TÉCNICAS CIRCULANTE 2022

PROVISÕES TÉCNICAS - DEZEMBRO - 2022

PROVISÕES	SALDO INICIAL	ATUALIZAÇÃO	CONSTITUIÇÃO	REVERSÃO	SALDO FINAL
PMBaC RESGATÁVEL	2.944.810,44	-	460.652,73	-81.306,92	**3.324.156,25**
PMBaC APOSENTADORIA	0,00	-	-	-	**0,00**
PSL ADM E JUD	32.210.555,34	246.864,30	261.552.226,24	-263.047.559,80	**30.962.086,08**
IBNR	22.506.931,86	-	3.012.552,20	-5.606.391,14	**19.913.092,92**
PMBC	8.382,71	-	782,42	-828,19	**8.336,94**
PROVISÕES					**54.207.672,19**

OUTRAS PROVISÕES	SALDO INICIAL	ATUALIZAÇÃO	CONSTITUIÇÃO	REVERSÃO	SALDO FINAL
PDR PMBaC RESGATÁVEL	10.672,00	-	2.432,00	-700,00	**12.404,00**
PVR	4.032.651,86	20.994,83	5.462.467,22	-5.414.787,99	**4.101.325,92**
PDR-PMBC	169,79	-	14,73	-31,99	**152,53**
PDR-PSL	1.110.140,80	-	110.505,75	-255.253,79	**965.392,76**
PDR-IBNR ADM E JUD	775.723,78	-	273.402,81	-831.986,24	**217.140,35**
PCC	4.433,15	-	2.057,64	-232,14	**6.258,65**
PDR - PMBaC	0,00	-	-	-	**0,00**
OUTRAS PROVISÕES					**5.302.674,21**

PROVISÕES TÉCNICAS CIRCULANTE - DEZEMBRO/2022	**59.510.346,40**

Continua »»»

RBS ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S A:92821701000100
Assinado de forma digital por RBS ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S A:92821701000100
Dados: 2024.02.27 17:46:00 -03'00'

GBOEX GRÊMIO BENEFICENTE

CARTA PATENTE 056

CNPJ 92.872.100/0001-26

RUA SETE DE SETEMBRO, 604
PORTO ALEGRE/RS

Continuação »»»

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

NOTA 5 – Passivo Não Circulante
Composto pelos subgrupos: Provisões Técnicas de Longo Prazo e Outros Débitos.

5A – Provisões Técnicas – Previdência Complementar – NÃO CIRCULANTE:
Compostas pela Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBaC) e Provisão de Despesas Relacionadas (PDR), referentes ao Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL). As Provisões Técnicas foram constituídas em conformidade com os cálculos efetuados pela Equipe Atuarial, representada pelo atuário Sr. Carlos Henrique Radanovitsck, no valor de R$ 8.965.995,27 em dez/2023 e em dez/2022 no valor de R$ 8.091.157,84. Estão garantidas por Títulos de Renda Fixa e Cotas de Fundos de Investimentos.

PROVISÕES TÉCNICAS	DEZ/23	
	PMBaC	PDR - PMBaC
SALDO INICIAL	**8.090.849,84**	**308,00**
ATUALIZAÇÃO	0,00	0,00
CONSTITUIÇÃO	947.797,04	0,00
REVERSÃO	-72.935,61	-24,00
SALDO FINAL	**8.965.711,27**	**284,00**
PROVISÕES TÉCNICAS NÃO CIRCULANTE		**8.965.995,27**

PROVISÕES TÉCNICAS	DEZ/22	
	PMBaC	PDR - PMBaC
SALDO INICIAL	**7.375.602,95**	**356,00**
ATUALIZAÇÃO	0,00	0,00
CONSTITUIÇÃO	730.388,07	4,00
REVERSÃO	-15.141,18	-52,00
SALDO FINAL	**8.090.849,84**	**308,00**
PROVISÕES TÉCNICAS NÃO CIRCULANTE		**8.091.157,84**

5B – Outros Débitos:
Composto por Provisões Judiciais.

PROVISÕES JUDICIAIS	DEZ/23	DEZ/22
TRABALHISTAS	199.696,79	365.718,91
CÍVEIS	12.662.713,52	12.424.005,75
TOTAL	**12.862.410,31**	**12.789.724,66**

PROVISÕES JUDICIAIS	POSSIBILIDADE	QUANTIDADE	
		DEZ/23	DEZ/22
TRABALHISTAS	PROVÁVEL	3	5
	POSSÍVEL	3	3
	REMOTA	5	5
	TOTAL	**11**	**13**
CÍVEIS	PROVÁVEL	156	125
	POSSÍVEL	80	83
	REMOTA	250	225
	TOTAL	**486**	**433**

As provisões foram constituídas com base na totalidade dos processos existentes, incluindo-se assim os processos com possibilidade de perda provável, possível e remota, de acordo com a análise do Jurídico.

NOTA 6 – Resultado do Exercício:
É composto pelas Receitas e Despesas Operacionais e Não Operacionais dos Exercícios findos.

6A – Outras Receitas e Despesas Operacionais:
Outras receitas operacionais são compostas basicamente pelos Pró-Labores das Seguradoras, das quais o GBOEX é o estipulante. Outras despesas operacionais são compostas basicamente por Provisões Cíveis e Restituição de Valores de Pecúlio.

6B – Sinistros Retidos

	DEZ/23	DEZ/22
PLANOS DE PECÚLIO	-218.565.432,92	-262.125.482,23
IBNR	2.773.776,80	2.593.838,94
TOTAL	**-215.791.656,12**	**-259.531.643,29**

6C – Despesas Administrativas:
São compostas por Despesas com Pessoal Próprio, Serviços de Terceiros, Localização e Funcionamento, Publicidade e Propaganda Institucional, Publicações, Donativos e Contribuições e Despesas Administrativas Diversas.

	DEZ/23	DEZ/22
PESSOAL PRÓPRIO	-37.920.889,48	-36.930.503,57
SERVIÇOS DE TERCEIROS	-8.291.023,63	-7.587.724,24
LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO	-4.834.357,46	-4.535.771,36
PUBLICIDADE E PROPAGANDA	-3.035.900,61	-2.743.537,44
PUBLICAÇÕES	-39.225,00	-37.994,15
DONATIVOS E CONTRIBUIÇÕES	-332.129,16	-326.321,26
DESPESAS ADMINISTRATIVAS DIVERSAS	-16.715,58	-521.101,34
TOTAL	**-54.470.240,92**	**-52.682.953,36**

6D – Despesas de Tributos:
São compostas pelas contas de impostos e contribuições (PIS, COFINS e Outros Impostos).

6E – Resultado Financeiro:

	DEZ/23	DEZ/22
RECEITAS FINANCEIRAS	32.271.546,37	26.951.933,15
DESPESAS FINANCEIRAS	-6.083.741,71	-4.315.234,08
TOTAL	**26.187.804,66**	**22.636.699,07**

6F – Resultado Patrimonial:
Composto de Receitas com Imóveis de Renda, Despesas com Imóveis Destinados a Renda e Outros Investimentos. Na conta Outros Investimentos está registrada a Redução ao Valor Recuperável de despesas da Confiança Cia. de Seguros – em Liquidação Extrajudicial, pagas por determinação judicial.

	DEZ/23	DEZ/22
RECEITAS COM IMÓVEIS DE RENDA	324.150,88	784.477,48
DESPESAS COM IMÓVEIS DE RENDA	-665.105,31	-957.928,75
OUTROS INVESTIMENTOS	**-2.408.078,19**	**-6.990.189,92**
REDUÇÃO VALOR REC. CONFIANÇA	-2.408.078,19	-6.990.189,92
TOTAL	**-2.749.032,62**	**-7.163.641,19**

NOTA 7 – Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais:
Reconciliação entre o lucro líquido e o caixa gerado pelas operações.

RECONCILIAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA MÉTODO INDIRETO DEZEMBRO DE 2023 E DEZEMBRO DE 2022

ATIVIDADES OPERACIONAIS	DEZ/23	DEZ/22
Lucro/Prejuízo líquido do período	**70.509.420,79**	**22.386.328,48**
Ajustes para:		
Depreciação e amortizações	472.507,87	596.254,28
Ajustes de exercícios anteriores	-	-
Perda ou Ganho na alienação de imobilizado	6.627.837,18	862.141,65
Outros Ajustes	-	-
Variação nas contas patrimoniais:	**-73.805.205,20**	**-23.288.737,27**
Ativos financeiros	-61.256.681,24	-26.246.795,32
Créditos das operações com Previdência Complementar	1.298.011,38	-911.444,50
Títulos e Créditos a Receber	-771.442,10	-796.755,74
Depósitos judiciais e fiscais	-609.229,19	-1.052.712,96
Despesas antecipadas	-59.721,16	50.859,89
Outros ativos	-2.650.771,90	1.721.742,74
Impostos, contribuições, encargos sociais e encargos trabalhistas	-1.403.041,78	-469.944,45
Obrigações a pagar	1.145.805,27	-226.765,49
Provisões técnicas - previdência complementar	-4.389.685,62	-3.378.926,44
Provisões judiciais	72.685,65	2.819.089,51
Outros passivos	-5.181.134,51	5.202.915,49
Caixa Líquido Gerado/(Consumido) nas Atividades Operacionais	**3.804.560,64**	**555.987,14**

NOTA 8 - Teste de Adequação de Passivos: O Teste de Adequação de Passivos – TAP avaliou, na data base de 31/12/2023, as obrigações decorrentes dos contratos de previdência complementar aberta, em cumprimento ao disposto na legislação vigente. O TAP foi realizado com prudência e objetividade, a partir da utilização de métodos estatísticos e atuariais relevantes, aplicáveis e adequados, baseado em dados atualizados e informações fidedignas fornecidas pela Entidade de onde podemos indicar que o GBOEX apurou necessidade de constituição da Provisão Complementar de Cobertura – PCC somente para a provisão de benefícios concedidos do Plano de Renda por Sobrevivência, na modalidade de Benefício Definido.
Os resultados do TAP foram os seguintes:

PRÊMIOS E CONTRIBUIÇÕES REGISTRADOS DE PMBAC DE PRODUTOS DE ACUMULAÇÃO

TIPO DE PLANO	BASE TÉCNICA PARA CONVERSÃO EM RENDA	EXCEDENTE FINANCEIRO NA CONCESSÃO	PRODUTOS DE ACUMULAÇÃO (PRÊMIOS/CONTRIBUIÇÕES REGISTRADOS)		
			PMBAC CONSTITUÍDA	VALOR PRESENTE DO FLUXO DE CAIXA	PCC-PMBAC CV
PGBL	AT 1983 + IGP-M + 0%	até 50%	8.965.711,27	8.965.711,27	-
TOTAL	**-**	**-**	**8.965.711,27**	**8.965.711,27**	**-**

PRÊMIOS E CONTRIBUIÇÕES REGISTRADOS E NÃO REGISTRADOS DE PMBAC DE PRODUTOS DE BD

TIPO DE PLANO	COBERTURA	BASE TÉCNICA	PRODUTOS DE BENEFÍCIO DEFINIDO				
			PMBAC CONSTITUÍDA	VALOR PRESENTE DO FLUXO DE CAIXA PMBAC	PDR DE PMBAC CONSTITUÍDA	VALOR PRESENTE DO FLUXO DE CAIXA RELACIONADO À PDR DE PMBAC	PCC PMBAC BD
Pecúlio	Morte	CSO80 + IPCA + 3,5%	3.753.938,26	6.279.160,20	20.320,00	17.907,59	-10.035.510,87
TOTAL	**-**	**-**	**3.753.938,26**	**6.279.160,20**	**20.320,00**	**17.907,59**	**-**

Prêmios e Contribuições não registrados de PPNG e PMBAC de produtos de acumulação.

PRÊMIOS E CONTRIBUIÇÕES NÃO REGISTRADOS DE PPNG

TIPO DE PRODUTO	VALOR PRESENTE DO FLUXO DE CAIXA
Previdência	-158.504.098,21
TOTAL	**-158.504.098,21**

PRÊMIOS E CONTRIBUIÇÕES NÃO REGISTRADOS DE PMBAC DE PRODUTOS DE ACUMULAÇÃO

TIPO DE PLANO	BASE TÉCNICA PARA REVERSÃO EM RENDA	VALOR PRESENTE DO FLUXO DE CAIXA (SAÍDAS - ENTRADAS)
PGBL	AT 83 + IGPM + 0%	0,00

PCC DE NÃO REGISTRADOS	-

PROVISÃO MATEMÁTICA DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS

TIPO DE PLANO	COBERTURA	BASE TÉCNICA	TIPO DE RENDA	PMBC CONSTITUÍDA	VALOR PRESENTE DO FLUXO DE CAIXA	PCC-PMBC
TRADICIONAL	Sobrevivência	AT 1949 + IGP-M + 6%	Renda Vitalícia	8.006,72	14.242,35	6.235,63
TOTAL				**8.006,72**	**14.242,35**	**6.235,63**

As premissas utilizadas nas projeções dos fluxos foram as seguintes:

Código FIP	Processo SUSEP	Plano	Persistência ou taxa de saída	Despesa Administrativa	Despesa Comercial	REAJUSTE TÉCNICO
1	00110931/79	Taxa Média	0,60%	15,53%	0,01%	5% em 2024
7	0017806/84	Faixa Etária	0,92%	15,53%	1,25%	automático
8	10002763/99-15	Coletivo	4,28%	15,53%	15,80%	negociado
15	15414.002185/2008-68	Vida Longa	1,57%	15,53%	17,32%	automático
16	15414.002742/2012-27	Coletivo (Flex)	9,19%	15,53%	12,80%	negociado
17	15414.900658/2017-85	Resgatável	4,36%	15,53%	13,34%	não há
18	15414.901480/2019-51	Vida Longa Digital	1,57%	15,53%	17,32%	automático
19	15414.626960/2019-28	Resgatável Digital	4,36%	15,53%	13,34%	não há

NOTA 9 – Análise de Sensibilidade: A Análise de Sensibilidade, prevista na legislação vigente, determina que se faça um recálculo das operações considerando outros cenários com alterações das variáveis que apresentam maior risco e relevância nas operações, com o objetivo de simular possíveis repercussões no Resultado e no Patrimônio Líquido. As variáveis sensíveis, pelos Planos com associados em carteira, são a mudança de comportamento dos avisos que impactam no IBNR, a mortalidade (sinistralidade) e as despesas administrativas.

O quadro abaixo demonstra as variabilidades ocorridas considerando a alteração dessas premissas:

FATOR DE RISCO	AUMENTO	RESULTADO	PL
IBNR	10%	R$ 68.795.489,58	R$ 227.576.777,56
SINISTRALIDADE	10%	R$ 48.652.877,50	R$ 207.434.165,48
D.A.	10%	R$ 65.062.396,70	R$ 223.843.684,68

NOTA 10 – Taxa de Carregamento Planos de Previdência: O GBOEX – Grêmio Beneficente opera planos de benefícios considerando os seguintes carregamentos:

Código FIP	Processo SUSEP	Plano	Regime Financeiro	Carregamento
1	00110931/79	Pecúlio Taxa Média	RS	30,00%
7	0017806/84	Pecúlio Faixa Etária	RS	30,00%
8	10002763/99-15	Pecúlio Coletivo	RS	ATÉ 30%
12	010.005212/00-65	PGBL	CAP	3,50%
15	15414.002185/2008-68	Pecúlio Vida Longa	RS	30,00%
16	15414.002742/2012-27	Pecúlio Coletivo (Flex)	RS	ATÉ 30%
17	15414.900658/2017-85	Pecúlio Resgatável	CAP	30,00%
18	15414.901480/2019-51	Vida Longa Digital	RS	30,00%
19	15414.626960/2019-28	Resgatável Digital	CAP	30,00%

NOTA 11 – Provisões Técnicas e Ativos Garantidores

Provisões Técnicas		
Exercício	**DEZ/23**	**DEZ/22**
Provisão Bruta	63.211.818,62	67.601.504,24
(-) Redutores	-8.965.711,27	-8.090.849,84
PGBL	-8.965.711,27	-8.090.849,84
Depósito Judicial	-	-
Provisão Líquida (I)	**54.246.107,35**	**59.510.654,40**

Ativos Garantidores		
Exercício	**DEZ/23**	**DEZ/22**
LFT	34.402.582,30	28.525.215,01
NTN - B	40.184.873,80	44.358.194,77
JUST	2.525.125,71	2.619.958,42
Total Ativos Garantidores (II)	**77.112.581,81**	**75.503.368,20**
Suficiência de Ativos Líquidos (II - I)	**22.866.474,46**	**15.992.713,80**

Continua »»»

RBS ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S A:92821701000100
Assinado de forma digital por RBS ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S A:92821701000100
Dados: 2024.02.27 17:46:18 -03'00'

GBOEX GRÊMIO BENEFICENTE

CARTA PATENTE 056
CNPJ 92.872.100/0001-26

RUA SETE DE SETEMBRO, 604
PORTO ALEGRE/RS

Continuação »»»

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

NOTA 12 – Patrimônio Líquido Ajustado
O Patrimônio Líquido Ajustado do GBOEX – Grêmio Beneficente em dez/23 e dez/22 teve a seguinte composição:

	DEZ/23	DEZ/22
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**229.516.408,33**	**156.689.455,53**
PARTICIPAÇÃO COLIGADA E CONTROLADAS FIN E N/ FIN. (-)	-	-
DESPESAS DE EXERCÍCIOS FUTUROS (-)	-	-
DESPESAS ANTECIPADAS (-)	-225.699,56	-165.978,40
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS (-)	-	-
INTANGÍVEIS (-)	-	-
IMPOSTO DE RENDA QUE EXCEDAM 14% ATIVO (-)	-	-
IMÓVEIS RURAIS (-)	-	-
ATIVO DIFERIDO (-)	-	-
SUCURSAIS NO EXTERIOR (-)	-	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO AJUSTADO (PLA)	**229.290.708,77**	**156.523.477,13**
AJUSTE ASSOCIADO À VALORES ECONÔMICOS	**6.785.944,24**	**4.080.185,09**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO AJUSTADO A VALORES ECONÔMICOS (PLAE) (a)	**236.076.653,01**	**160.603.662,22**
MARGEM DE SOLVÊNCIA	-	-
CAPITAL BASE	-	-
CAPITAL DE RISCO DE CRÉDITO	-12.181.119,80	-9.104.494,51
CAPITAL DE RISCO DE SUBSCRIÇÃO	-22.591.181,61	-24.233.349,04
CAPITAL DE RISCO OPERACIONAL	-856.107,45	-872.153,61
CAPITAL DE RISCO DE MERCADO	-33.480.272,00	-22.573.631,59
DEDUÇÃO DA CORRELAÇÃO DOS CAPITAIS DE RISCO	16.901.344,37	13.761.429,33
CAPITAL MÍNIMO REQUERIDO (CMR) (b)	**-52.207.336,49**	**-43.022.199,42**
SUFICIÊNCIA DE PLAE X CMR (a-b)	**183.869.316,52**	**117.581.462,80**

NOTA 13 – Ajuste de exercícios anteriores
O GBOEX Grêmio Beneficente realizou, no corrente ano, revisão contábil do período em que trabalhou no regime de *Home Office,* durante os anos de 2020 e 2021 (Pandemia COVID -19). Nessa revisão, foram constatadas falhas operacionais nas contas de Receitas a Reclassificar e Outras Despesas Operacionais. Tal constatação gerou ajustes naquelas contas contábeis, com a respectiva contrapartida nos Resultados de Exercícios Anteriores, conforme consta na Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido.

NOTA 14 – Eventos Subsequentes
De 31 de dezembro de 2023 até 27 de fevereiro de 2024, data de autorização destas demonstrações, não ocorreram quaisquer eventos que pudessem alterar de forma significativa a situação patrimonial, econômica e financeira nas demonstrações contábeis apresentadas.

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2023.

ILTON ROBERTO BRUM DE OLIVEIRA
Diretor Presidente

LUÍS FERNANDO CHRISTMANN
Diretor Financeiro

OTOMAR FRANCISCO UMANN AZEREDO
Diretor técnico

ROBERTA DE MATOS GOMES
Gerente Contábil
CRC-RS – 062743/O-6

CARLOS HENRIQUE RADANOVITSCK
Atuário
MIBA 1213

PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

Aos Administradores do
GBOEX Grêmio Beneficente

Escopo da Auditoria
Examinamos as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, os indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e os limites de retenção do **GBOEX Grêmio Beneficente** - "Entidade", em 31 de dezembro de 2023, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas e orientações da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

Responsabilidade da Administração
A Administração da Entidade é responsável pelas provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo requerido, indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas e orientações da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade da Auditoria Independente
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras, dos demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos do **GBOEX Grêmio Beneficente** são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos.
Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião
Em nossa opinião, as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, os indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e os limites de retenção do **GBOEX Grêmio Beneficente** em 31 de dezembro de 2023 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA.

Outros assuntos
No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Entidade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante.

Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

Porto Alegre, 16 de fevereiro de 2024.

Eder Gerson Aguiar de Oliveira
Atuário MIBA 630

ATUÁRIA BRASIL
Assessoria, Consultoria e Auditoria S/S Ltda
CIBA 0087 - CNPJ 06.114.280/0001-45
Sede Própria: Rua General Câmara nº 236, Conj. 601 – POA/RS

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

À Diretoria do
GBOEX - GRÊMIO BENEFICENTE
Porto Alegre – RS

Opinião
Examinamos as demonstrações contábeis do GBOEX – Grêmio Beneficente, que compreendem balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do GBOEX – Grêmio Beneficente em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep).

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase
Controlada integral Confiança Companhia de Seguros - Nota Explicativa 3A2 e 3B
Chamamos a atenção para as Notas Explicativas 3A2 e 3B, nas quais se menciona a Confiança Companhia de Seguros. Em dezembro de 2014, a controlada integral Confiança Companhia de Seguros teve decretada a sua liquidação extrajudicial e o GBOEX Grêmio Beneficente constituiu, sobre o valor contábil da sua participação societária, provisão de idêntico valor a título de Redução ao Valor Recuperável. O balanço de abertura da controlada integral na data da liquidação extrajudicial indicando os ativos, passivos e o patrimônio líquido a liquidar foi concluído e aprovado. A administração do GBOEX Grêmio Beneficente vem realizando acompanhamento sistemático das atividades de liquidação da sua controlada de modo a mitigar riscos decorrentes e causar o menor impacto não sendo, contudo, possível quantificar eventuais efeitos advindos da conclusão do processo de liquidação. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor
A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.
Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente de ser causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente de ser causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.
Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações contábeis como um todo e na formação da nossa opinião;

• A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações contábeis. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações contábeis: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Entidade e a disposição para analisar as informações das demonstrações contábeis com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações contábeis são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações contábeis;

• Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria;

• A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações contábeis como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixados pelo auditor, inferiores aos considerados relevantes para as demonstrações contábeis como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto, excedam a materialidade para as demonstrações contábeis como um todo;

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente de ser causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

• Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Barueri, 27 de fevereiro de 2024.

RUSSELL BEDFORD GM AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP

JORGE LUIZ MENEZES CEREJA
Contador 1 CRC RS 43679/O
Sócio Responsável Técnico

ROSANGELA PEREIRA PEIXOTO GUARDA RODRIGUES
Contadora CRC RS 65.932/O-7

RBS ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S A:92821701000100
Assinado de forma digital por RBS ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S A:92821701000100
Dados: 2024.02.27 17:46:37 -03'00'